

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: POLÍTICAS E PLANEJAMENTO UNIVERSITÁRIO

Biblioteca Universitária  
UFSC

DISSERTAÇÃO

O DESEMPENHO DOS CANDIDATOS NOS CONCURSOS VESTIBULARES:  
um estudo do Centro de Ciências da Administração - ESAG/UFSC

RAIMUNDO ZUMBLICK



0.236.134-4

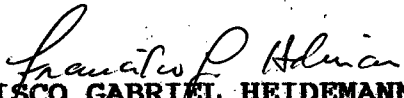
UFSC-BU

Florianópolis, S.C., Brasil, março de 1995.

**"O Desempenho dos Candidatos nos Concursos Vestibulares:  
um estudo do Centro de Ciências da Administração - ESAG/UDESC"**


**RAIMUNDO ZUMBLICK**

Esta dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Administração (área de concentração: Políticas e Planejamento Universitário) e aprovada em sua forma final pelo Curso de Pós-Graduação em Administração.

  
**FRANCISCO GABRIEL HEIDEMANN, Ph.D**  
Coordenador do Curso

Apresentada à Comissão Examinadora, integrada pelos Professores:

  
**JOÃO BENJAMIM DA CRUZ JUNIOR, Ph.D.**  
Presidente

  
**NELSON COLOSSI, Ph.D.**  
Membro

  
**JOSÉ FRANCISCO SALM, Ph.D.**  
Membro

## **DEDICATÓRIA:**

A minha esposa Maria do Carmo e aos meus filhos Mariana, Manoela e João Marcelo cuja compreensão e paciência foram essenciais para que este trabalho fosse executado.

A minha mãe Célia e ao meu pai Willy, cujas atividades diárias não os impediram de me transmitir os ensinamentos e os valores morais que norteiam minha vida na trilha da cidadania responsável.

A todos eles a quem eu muito amo, minha eterna gratidão, pedindo a DEUS que os abençoe.

## AGRADECIMENTO

Meus agradecimentos a todos aqueles que, de forma direta ou indireta, prestaram sua ajuda para que eu pudesse realizar este trabalho.

Devo agradecer especialmente:

- À Facil Informática pela oportunidade de utilizar seu processador de texto, bem como pelo suporte técnico.
- À Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE, pela cessão de dados se seus arquivos.
- Ao Professor Fernando de Aquino, secretário executivo da ACAFE, pelo seu apoio incontestado nas horas difíceis.
- Ao amigo, companheiro e querido professor Lauro Ribas Zimmer, ex-Reitor da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, Reitor da Universidade Estácio de Sá, o eterno mestre em todas as minhas atividades, incentivador constante do meu mestrado.
- À Professora Maria Helena Krüger, sempre presente na colaboração do trabalho.
- Ao Professor Rogério Cid Bastos, pela inteligente contribuição na análise dos dados.
- Aos meus amigos e companheiros da UDESC, que se mostraram prontos a me ajudar.
- Aos Professores João Bejamim Cruz Junior, Rogério Teodoro Vahl, Nério Amboni, José Francisco Salm e Nelson Colossi, cujas contribuições e sugestões enriqueceram o presente trabalho.

## SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS .....	i
LISTA DE GRÁFICOS.....	iv
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vii
1. INTRODUÇÃO.....	01
1.1. Objetivo geral.....	02
1.2. Objetivos específicos.....	03
1.3. Justificativa .....	03
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPÍRICA.....	04
2.1. O acesso ao ensino superior em outros países.	07
2.2. O acesso ao ensino superior no Brasil....	18
2.2.1. A influência das escolas de 1º e 2º graus no acesso a universidade..	28
2.2.2. A interferência do fator sócio-econômico no acesso à universidade.....	34
2.2.3. O sexo feminino diante do acesso à universidade.....	45
3. METODOLOGIA .....	50
3.1. Perguntas de pesquisa.....	50
3.2. Definição operacional das variáveis.....	51
3.3. Delimitação da pesquisa: população.....	52
3.4. Técnicas de coleta e análise dos dados.	52
3.5. Limitações da pesquisa.....	53

<b>4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....</b>	<b>54</b>
<b>4.1. Perfil dos candidatos .....</b>	<b>54</b>
<b>4.2. Análise das relações entre o perfil e o         o número de pontos e entre o perfil e o         desempenho.....</b>	<b>71</b>
<b>4.2.1. Relação entre o perfil e o número de             pontos.....</b>	<b>73</b>
<b>4.2.2. Relação entre o perfil e o desempenho</b>	<b>76</b>
<b>4.3. Síntese e interpretação de dados.....</b>	<b>78</b>
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>91</b>
<b>5.1. Considerações finais.....</b>	<b>91</b>
<b>5.2. Sugestões .....</b>	<b>101</b>
<b>6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>103</b>
<b>7. ANEXO.....</b>	<b>106</b>

## LISTA DE TABELAS

- TABELA N° 01: Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo o sexo
- TABELA N° 02: Distribuição dos percentuais de alunos aprovados nos vestibulares da ESAG, de acordo com o estado civil
- TABELA N° 03: Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a idade
- TABELA N° 04: Distribuição percentual dos candidatos aprovados no vestibular da ESAG, segundo a ênfase da escola no curso de 2° grau
- TABELA N° 05: Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a dependência administrativa da instituição
- TABELA N° 06: Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a preparação para o concurso
- TABELA N° 07: Distribuição dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a ocupação principal do pai
- TABELA N° 08: Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o turno dos estudos de 2° grau
- TABELA N° 09: Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o estado de origem
- TABELA N° 10: Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo a comunidade de origem
- TABELA N° 11: Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o grau de instrução dos pais
- TABELA N° 12: Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo o número de concursos prestados
- TABELA N° 13: Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo o número de cursos superiores em andamento e/ou concluídos
- TABELA N° 14: Distribuição percentual dos candidatos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a influência para a escolha da opção
- TABELA N° 15: Distribuição percentual dos candidatos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a expectativa pelo curso superior

- TABELA N<sup>o</sup> 16: Distribuição percentual dos candidatos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a faixa de renda familiar
- TABELA N<sup>o</sup> 17: Relação existente entre as variáveis e a prova de português no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 18: Relação existente entre as variáveis e a prova de língua estrangeira no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 19: Relação existente entre as variáveis e a prova de física no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 20: Relação existente entre as variáveis e a prova de matemática no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 21: Relação existente entre as variáveis e a prova de história no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 22: Relação existente entre as variáveis e a prova de geografia no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 23: Relação existente entre as variáveis e a prova de O.S.P.B. no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 24: Relação existente entre as variáveis e a prova de química no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 25: Relação existente entre as variáveis e a prova de biologia no vestibular ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 26: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina teoria geral da administração no 1<sup>o</sup> semestre letivo da ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 27: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina processamento de dados no 1<sup>o</sup> semestre letivo da ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 28: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina teoria econômica no 1<sup>o</sup> semestre letivo da ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 29: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina sociologia aplicada a administração no 1<sup>o</sup> semestre letivo da ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 30: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina matemática no 1<sup>o</sup> semestre letivo da ESAG/87
- TABELA N<sup>o</sup> 31: Relação existente entre as variáveis e a prova de português no vestibular ESAG/91
- TABELA N<sup>o</sup> 32: Relação existente entre as variáveis e a prova de língua estrangeira no vestibular ESAG/91



- TABELA N° 33: Relação existente entre as variáveis e a prova de física no vestibular ESAG/91
- TABELA N° 34: Relação existente entre as variáveis e a prova de matemática no vestibular ESAG/91
- TABELA N° 35: Relação existente entre as variáveis e a prova de história no vestibular ESAG/91
- TABELA N° 36: Relação existente entre as variáveis e a prova de geografia no vestibular ESAG/91
- TABELA N° 37: Relação existente entre as variáveis e a prova de O.S.P.B. no vestibular ESAG/91
- TABELA N° 38: Relação existente entre as variáveis e a prova de química no vestibular ESAG/91
- TABELA N° 39: Relação existente entre as variáveis e a prova de biologia no vestibular ESAG/91
- TABELA N° 40: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina teoria geral da administração no 1º semestre letivo da ESAG/91
- TABELA N° 41: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina processamento de dados no 1º semestre letivo da ESAG/91
- TABELA N° 42: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina teoria econômica no 1º semestre letivo da ESAG/91
- TABELA N° 43: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina sociologia aplicada a administração no 1º semestre letivo da ESAG/91
- TABELA N° 44: Relação existente entre as variáveis e as notas obtidas na disciplina matemática no 1º semestre letivo da ESAG/91

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO Nº 01:	Distribuição dos percentuais dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo o Sexo.....	55
GRÁFICO Nº 02:	Distribuição dos percentuais dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo Estado Civil.....	56
GRÁFICO Nº 03:	Distribuição dos percentuais dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a Idade.....	57
GRÁFICO Nº 04:	Distribuição dos percentuais dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo formação 2º grau	58
GRÁFICO Nº 05:	Distribuição dos percentuais dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segunda característica da instituição.....	59
GRÁFICO Nº 06:	Distribuição dos percentuais dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a preparação para o concurso.....	60
GRÁFICO Nº 07:	Distribuição dos percentuais dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a ocupação do pai	61
GRÁFICO Nº 08:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/87 para ESAG, segundo o turno....	62
GRÁFICO Nº 09:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/87 para ESAG, segundo o estado....	63
GRÁFICO Nº 10:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/87 para a ESAG, segundo o tipo de comunidade.....	64
GRÁFICO Nº 11:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/91 para a ESAG, segundo o grau de instrução do pai.....	65
GRÁFICO Nº 12:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/91 para ESAG, segundo nº vestibulares	66
GRÁFICO Nº 13:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/91 para a ESAG, segundo o número de cursos superiores em andamento e/ou concluído...	67
GRÁFICO Nº 14:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/91 para ESAG, segundo a influência para a opção.....	68
GRÁFICO Nº 15:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/91 para ESAG, segundo a expectativa	69
GRÁFICO Nº 16:	Distribuição dos percentuais dos aprovados no vestibular/91 para ESAG, segunda a renda .....	70

## RESUMO

Na presente pesquisa, analisou-se a relação do perfil dos candidatos aprovados no concurso vestibular para a ESAG dos anos de 1987 e 1991, o desempenho obtido no concurso vestibular e no 1º semestre letivo do Centro de Ciências da Administração - ESAG.

Os dados utilizados para este fim, foram extraídos do questionário sócio-econômico entregue pelos candidatos no momento da inscrição ao concurso, dos pontos obtidos através das provas do vestibular, e das médias das disciplinas oferecidas no 1º semestre letivo da ESAG.

As variáveis: ocupação do Pai/responsável; formação do 2º grau; característica da Instituição que concluiu o 2º grau; sexo e idade foram utilizadas para fazer a relação entre o perfil do candidato e os pontos obtidos nas provas do vestibular, como também as médias das disciplinas do 1º semestre letivo da ESAG.

Os dados mostram, de um modo geral, existir uma associação positiva entre algumas variáveis que compõem o perfil dos candidatos aprovados nos concursos vestibulares dos anos de 1987 e 1991, e o número de pontos obtidos nas provas do vestibular e as médias das disciplinas do 1º semestre letivo.

Os modelos obtidos a partir da análise, relativa aos pontos obtidos pelos aprovados nas diferentes provas do concurso vestibular de 1987 e 1991, indicam que o fator *idade* é o que apresenta o melhor poder explicativo para o comportamento da variável dependente, permitindo aceitar uma forte relação entre

a idade dos aprovados e o desempenho no vestibular.

O fator *sexo* apresentou, igualmente, um forte poder explicativo em relação ao total de pontos obtidos na maioria das provas.

No vestibular de 1987, os candidatos provenientes das escolas particulares obtiveram um total de pontos superior aos alunos oriundos de escola pública.

Outro fator que também apresentou considerável poder explicativo foi a *ocupação do pai ou responsável*, embora o teste tenha apresentado esta evidência apenas nas provas de português e física.

Na análise do vestibular de 1991 verificaram-se algumas mudanças no comportamento das variáveis analisadas com indícios de que, com exceção da variável *idade*, fatores diferentes do perfil explicam o comportamento da variável dependente.

No momento em que se observa os fundamentos teóricos e empíricos discutidos pelos autores pesquisados a respeito do assunto, pode-se dizer que existe similaridade dos resultados constatados no presente estudo.

Conclui-se que, como instituição pública, o compromisso da UDESC para com a sociedade deve ser maior do que o das demais instituições, daí porque modificações deverão ocorrer no modelo do concurso vestibular que vem sendo adotado atualmente.

**ABSTRACT**

This research analyzes the relation between the social-economic and cultural profile from the candidates approved in ESAG vestibular during the years of 1987 and 1991, and their skills in the vestibular and in ESAG first semester.

The data used were taken from the social-economic questionnaire filled by the candidates with the admission form for the vestibular, and from their grades obtained in the vestibular tests and also from their average grades during the first semester in ESAG.

The variables: father or tutor's profession, high school graduation, institution characteristics where finished high school, sex and age were used to keep a relation between the candidates profile and their obtained positive points in the vestibular tests, as well as their average grade during the first semester in ESAG.

The results show a relation between the profile of candidates who were approved in the vestibular in the years 1987 and 1991 and the number of obtained points in the vestibular tests and the average grade during the first semester.

The patterns obtained from the approved candidates data analysis in the different vestibular tests of 1987 and 1991 show that the factor age is the one which explains the dependent variable behavior, allowing the acceptance of a strong relation between the approved candidates age and their performance in the vestibular.

The factor sex also shows a strong relation with the total obtained points in most of the test.

In the 1987 vestibular, the candidates who came from private higher schools got a higher amount of points than the ones who came from public schools.

Other important factor was father's (or tutor's) profession, although the tests show this only in the subjects Portuguese and Physics.

In the 1991 vestibular a few changes were noticed in the analyzed variables, showing that, except the variable age, different factors from the profile explain the dependent variable behavior.

Considering the theories and the empirical fundamental principle discussed by the authors and researchers about the subject, it can be said that there is similarity in the results shown in the present research.

This work concludes that as a public institution the commitment of UDESC towards society must be wider than the other institutions.

We suggest the following changes are suggested in today's vestibular pattern.

1. To consider the final grade average obtained in highschool, giving weight 4.

2. To apply a test of general knowledge, with 40 objective questions, to evaluate the learning level of high school, targeting the classes of the chosen course.

3. In the writing test, it wont be evaluated only the correct use of the Portuguese Language but also its correlation to the chosen course.

4. The level of the candidate identification with the chosen course will be checked through two writing tests about subjects related to the chosen course.

The itens 2, 3 and 4 will have weigth 6.

5. To start in ESAG a parallel course to give the chance to those who couldn't get in the regular business course through vestibular, considering the final average grades obtained in high school, plus an eliminatory general knowledge test about the high school subjects, with 40 objetive questions.

x

Vestibular means the group of tests realized  
in four days for people who want to get into college.

ESAG - Centro de Ciências da Administração

UDESC - Fundação Universidade do Estado de  
Santa Catarina



## 1. INTRODUÇÃO

Os alunos que chegam à universidade provêm dos mais variados estratos da população e apresentam, em decorrência desse fato, as mais diversificadas formações.

A esse fato, acrescentam-se alguns indicadores bastante significativos dessa realidade. A maioria dos alunos chega à universidade sem preparo adequado, sem os conhecimentos e as habilitações indispensáveis para as tarefas que deve realizar nas diferentes disciplinas que integram os cursos escolhidos.

Por esta razão, os professores defrontam-se com alunos que não entendem o que ouvem e não compreendem o que lêem. Consideram difícil a consulta bibliográfica, não têm o hábito da leitura, ou, ainda, não desenvolveram a capacidade de utilizar o livro ou outro material impresso para a busca e/ou complementação da informação.

Apresentam, também, dificuldades de raciocínio, uma vez que se exigem múltiplas operações mentais para entender significados, resolver situações críticas, produzir novos ordenamentos, procurar novas aberturas, etc. Estas condições dificultam o ajustamento do aluno aos cursos da universidade e o impedem de obter os conhecimentos, as capacidades, as habilidades e as atitudes inerentes à carreira que escolheu, atingindo

competência profissional desejável.

É verdade que há toda uma tecnologia educacional à disposição para atender, individualmente, os estudantes, mas falta-lhes, na maioria dos casos, a necessária capacidade para "organizar a vida" quanto ao tempo necessário para cumprirem, satisfatoriamente, as atividades dos cursos em que estão matriculados.

Entende-se, assim, que o desempenho do estudante universitário seja influenciado por suas realidades individual e social, isto é, pela situação sócio-econômico-cultural em que está inserido e que dá características especiais e próprias à sua formação pessoal e profissional.

### 1.1 - Objetivo Geral

A partir das considerações apresentadas na introdução, esse estudo procura verificar a relação entre o perfil dos candidatos (nível sócio-econômico, procedência, sexo, idade, estado civil, se já foi aprovado em outro vestibular, estado em que nasceu, tipo de escola em que concluiu o 2º grau) e o desempenho obtido no concurso vestibular. Procura examinar, também, a relação existente entre os pontos obtidos pelos candidatos aprovados no vestibular e o seu desempenho acadêmico no 1º semestre letivo do Centro de Ciências da Administração-ESAG da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina- UDESC, nos anos de 1987 e 1991.

## 1.2. Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, é necessário a realização das seguintes etapas de análise de dados:

a) Caracterizar o perfil dos vestibulandos em relação às variáveis:

1- nível sócio-econômico;

2- procedência;

3- sexo;

4- idade;

5- estado civil;

6- Estado em que nasceu;

7- em que tipo de escola concluiu o segundo grau (pública ou privada);

8- aprovação em outro concurso vestibular;

b) Verificar a relação existente entre o perfil dos candidatos e os pontos obtidos nas disciplinas do concurso vestibular, e as médias do 1º semestre letivo dos anos de 1987 e 1991.

c) Verificar se existe similaridade entre a fundamentação dada pelos autores pesquisados que tratam da matéria, sobre a influência exercida por diversos fatores no tocante ao acesso de candidatos à universidade, em relação às evidências constatadas neste estudo.

## 1.3. Justificativa da pesquisa

Objetivamente, este trabalho justifica-se porque, além de sugerir modificações a serem introduzidas no Concurso Vestibular, identifica o tipo de estudante que procura

o curso da ESAG/UEDESC, visto que o conhecimento de seu Perfil figura como uma questão fundamental a todo o planejamento da Universidade, principalmente por sua influência no desempenho do candidato.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-EMPIRICA

No Brasil, não são poucos os universitários que desempenham atividades profissionais enquanto realizam seus cursos. Além disso, também é considerável o número de jovens que depende da família para sua manutenção enquanto universitários, como também é significativo o contingente de jovens que, embora trabalhando, não percebem o suficiente para garantir suas despesas de manutenção.

Para aqueles cujos pais podem sustentar seu ensino universitário, uma dependência econômica prolongada pode ser motivo de conflito e tensão, porque estão numa fase da vida em que os anseios de autonomia e independência são muito fortes.

Foracchi (1977, p.33), em seu livro "O estudante e a transformação da sociedade brasileira", comenta que:

"a dependência econômica representa algo mais profundo que o simples custeio de material, envolvendo um sistema de compromisso e pressões. A autora destaca que o vínculo estabelecido entre o estudante e sua família chega ao controle de manifestações da vontade individual".

Os vínculos de dependência expressam-se sob a forma de comportamentos, atitudes e valores, constituindo-se em verdadeiros mecanismos de dominação dos jovens

por parte da família, visando assegurar, através do ingresso na universidade, sua ascensão social.

É certo que a dependência está diretamente relacionada com o fator idade, pois quanto menor é a idade do estudante, maior é a dependência da família.

Essa dominação sobre o jovem é incentivada, de modo geral, pela família brasileira, como forma de impor aos jovens os comportamentos que reflitam os valores de sua classe social.

Na ótica da família, o ingresso de seus filhos na universidade, apresenta-se como uma perspectiva de ascensão social e de preservação de sua posição na estrutura de classe, dando-lhe prestígio e, talvez, garantindo-lhes uma boa situação financeira. Por tal razão, no Brasil os pais induzem e até pressionam os filhos na direção de uma carreira.

Assim, a família brasileira vê o curso universitário não exatamente como meio de habilitação profissional do jovem, mas, principalmente, como instrumento que lhe dê, em curto espaço de tempo, uma destacada posição social e uma sólida situação financeira.

Quando confrontam o desafio da carreira profissional, na maioria dos casos, os jovens não dispõem de condições e informações para fazer uma opção realista e consciente sobre o curso que desejam frequentar, por uma questão de idade, por falta de experiência e por falta de conhecimento sobre as profissões. Além disso, muitas vezes,

há um fator limitante para que sejam concretizadas as aspirações do jovem quanto ao curso que escolheu: a barreira do vestibular.

Outro fator que influencia no acesso a um curso de nível superior no Brasil, conforme Vahl (1980, p.63), é

"o problema que ocorre na realização do próprio exame vestibular, uma vez que as IES públicas são mais rigorosas em sua seleção, devido à procura superior à sua capacidade de atendimento, o mesmo não se verifica nas IES particulares".

Neste sentido, Gouveia (1968, p.53) observa ainda,

"que a triagem já se faz, em grande parte, no ensino médio, onde se verifica a correlação entre a origem sócio-econômica e o ramo de ensino que o estudante frequenta. Os dados relativos ao passado escolar de primeiranistas universitários indicam a realização de cursos profissionais de nível médio (comercial, industrial ou normal), resultando em probabilidades nulas ou muito pequenas de acesso a certos ramos do ensino superior.

Já Guimarães (1984, p.47) contesta o cursinho como fator de influência no acesso ao ensino superior:

"os números revelam que as chances de classificação dos que frequentam cursinhos preparatórios aumentam pouco no caso do vestibular da CESGRANRIO".

Como se observa, o acesso ao ensino superior e a doutrina de igualdade de oportunidade envolvem problemas que há algum tempo vêm sendo tratados na literatura, mas que não podem ser considerados ainda como definidos. A igualdade de oportunidade de acesso ao ensino superior suscita uma série de controvérsias entre educadores. Há, porém, con-

senso de que o acesso aos estudos superiores deve ser assegurado a todos, em plenas condições de igualdade.

Teoricamente, conforme a doutrina de igualdade de oportunidade, iguais aptidões, manifestas desde a infância e nos primeiros anos escolares, deveriam conduzir a igual acesso à educação superior, independente das origens sócio-econômicas.

Com relação à justiça social, Cabanas (1976, p.61)

comenta:

" Los sistemas educacionales de igualdad, de todas las sociedades existentes, son más o menos selectivos, pero deberían no serlo. Es esto una cuestión de justicia humana y social generalmente reconocida hoy día y admitida por todos, al menos en teoría. Incluso en los lugares donde la educación sirve a privilegios de clase o a elitismos discriminatórios, procura proclamar-se a los cuatro vientos que la política que tiene a seguir-se es la de una igualación de las posibilidades educacionales... La igualdad de oportunidades es un ideal social también político, que puede ser propuesto por variados motivos y definido desde diversos puntos de vista. Muy grave nos dice, por ejemplo, que um político lo definiría diciendo que hay igualdad de oportunidad cuando todos tienen igual posibilidad de convertirse en desigualdade."

### 2.1. O acesso ao ensino superior em outros países

A fundamentação teórica que embasa esse estudo compreende o acesso ao ensino superior no Brasil e em vários outros países, bem como a influência ou não dos cursinhos sobre esse acesso.

Pérez ( 1979, p. 2), ao comentar a reunião da UNESCO, em Paris, observa as diferentes formas de ingresso no ensino superior na Austrália, na Áustria, nos Estados Unidos, na Inglaterra, em Israel, no México e na República Federal da Alemanha, variando de país para país, como será observado a seguir.

Na Austrália, todos os estados, com exceção de Queensland, adotam um sistema de exames ao final do último ano do curso secundário, cujos resultados levam à seleção da maioria dos alunos para faculdades e universidades.

Todas as instituições de nível superior na Austrália estabelecem exigências mínimas, que obrigatoriamente devem ser atendidas antes que o aluno seja aceito numa delas.

Normalmente, essas exigências são relacionadas ao exame final do curso secundário e controladas por uma autoridade externa do estado em questão. Em algumas instituições de ensino superior da Austrália, a admissão é baseada em relatórios de avaliação feitos pelas autoridades escolares.

Na educação secundária, dependendo de cada Estado, existem duas situações que se opõem. A primeira é aquela adotada pela universidade tradicional que é altamente seletiva nos critérios acadêmicos e, conseqüentemente, também nos critérios sociais, devido à correlação entre os fatores sociais e o rendimento acadêmico.



Já na segunda, mais recente, por outro lado, a fim de aumentar a igualdade de oportunidade educacional, há uma ênfase ao ingresso aberto aos estudos superiores para os grupos que foram anteriormente impedidos de cursá-los, por falta de atendimento às exigências formais de ingresso.

Desde o início da década de 80, a primeira tradição vem sendo gradativamente substituída pela segunda.

No Estado de Queensland, por exemplo, essa mudança se reflete na prática pela adoção de uma forma de avaliação interna e contínua no rendimento do aluno.

Nesse contexto, as escolas submetem ao Conselho de Estudos das Escolas Secundárias uma avaliação individual para cada matéria. Essas avaliações são medidas através das médias obtidas no Teste Australiano de Aptidão Escolar-ASAT, para garantir o confronto entre os grupos de matérias nas escolas. Essas avaliações reajustadas são, então, consideradas de acordo com o número de unidades semestrais cursadas e, depois, determina-se a soma dessas avaliações para cada aluno. As notas avaliadas de cada escola são, então, consideradas uma segunda vez, através das estatísticas da escola em questão, fornecidas pela ASAT.

O número mínimo de pontos necessário para o ingresso no nível superior é determinado pela soma das avaliações reconsideradas. Assim, a ênfase recai sobre o rendimento acadêmico de cada aluno no curso secundário,

procurando-se substituir os exames pela avaliação dos professores nas escolas (Pérez, 1979, p.5).

Na Áustria, como regra, os currículos de todo o nível pós-secundário estão disponíveis apenas aos que já possuem o certificado de um exame de aptidão, isto é, para os formados em escolas gerais secundárias de nível alto, ciclo superior e em escolas técnicas secundárias de nível alto ( tipo padrão, assim também como tipo não-padrão) e para os alunos formados em exames de aptidão externos.

Os estrangeiros, devem ter um certificado equivalente ao tipo e nível do certificado do exame de aptidão austríaco.

No que se refere aos tipos de escolas de ensino superior não-universitário, a lei reconhece como qualificações para a admissão, equivalentes ao certificado do exame de aptidão, experiência profissional num campo correspondente ou freqüência significativa no curso preliminar.

Também em condições semelhantes, algumas instituições universitárias tipo instituições artísticas, aceitam candidatos sem o certificado do exame de aptidão.

Por outro lado, certas instituições científicas universitárias são autorizadas a estabelecer as qualificações necessárias para a admissão, isto é,

realizar exames especiais de aptidão profissional (Pérez, 1979, p.29).

Nos Estados Unidos, ao examinar-se o ingresso no ensino superior, não se pode esquecer da grande diversidade de natureza acadêmica e administrativa existente entre as universidades, além da autonomia cuidadosamente preservada destas instituições, o que permite a cada uma delas determinar suas próprias exigências de ingresso.

Para o estudante tradicional americano que chega à faculdade, exige-se que os requisitos para a conclusão do nível secundário estejam cumpridos.

Basicamente, há duas maneiras de ingressar no ensino superior americano: por admissão automática ou por seleção.

A admissão automática permite que praticamente qualquer estudante, que tenha concluído a escola secundária, freqüente um curso de nível superior. Quase todas as faculdades comunitárias utilizam o sistema de admissão automática.

Convém esclarecer que faculdades comunitárias são instituições de ensino superior criadas para atender à demanda do ensino superior na própria comunidade ou nas proximidades, onde os estudantes desenvolvem estudos técnicos específicos, com duração de dois anos.

Através de leis estaduais ou decretos municipais, algumas instituições públicas também usam esse mes-

mo sistema de admissão para os alunos que concluíram a escola secundária. Isto, no entanto, não significa que essas instituições sejam obrigadas a manter os estudantes que foram aceitos. Em muitos casos, as faculdades e universidades que se utilizam do sistema de admissão automática enfrentam, no primeiro ano, 50% ou mais de desistências.

Por outro lado, nas instituições americanas, públicas ou particulares, que se utilizam do processo de admissão seletiva, o processo de ingresso é bem mais trabalhoso e complexo.

Há inclusive diversos níveis de seleção de candidatos. Qualquer que seja o nível de seleção, entretanto, exige-se pelos menos o diploma de conclusão do curso secundário com grau de aprovação equivalente a C.

Algumas instituições seletivas, todavia, exigem que o aluno esteja classificado entre os primeiros da turma na escola secundária.

Algumas universidades exigem, também, entrevistas e cartas de recomendação que acompanham o formulário detalhado de pedido de matrícula e, por vezes, até um ensaio sobre um tema de livre escolha do candidato.

Quanto mais rígida a seleção, melhores devem ser a classificação e o coeficiente de rendimento do aluno. Além disso, ao considerar o desempenho escolar dos alunos no nível secundário, as faculdades e univer-

sidades seletivas também exigem que os estudantes apresentem os resultados dos exames objetivos de aptidão e/ou conhecimento.

Nas faculdades e universidades americanas, os diretores ou os reitores encarregados da seleção dos candidatos são responsáveis pela organização e administração do processo de admissão, incluindo diálogo significativo entre escolas secundárias, de onde normalmente são aproveitados os alunos que ingressam na instituição.

Os orientadores educacionais da escola secundária servem de veículo de comunicação, fornecendo aos alunos informações a respeito das exigências de admissão para as diversas faculdades e universidades.

O próprio aluno se candidata às faculdades ou universidades em que deseja ingressar. Depois de ter preenchido o formulário de pedido de matrícula, o aluno solicita à escola em que concluiu o secundário uma cópia do histórico escolar para cada uma das faculdades a que se estiver candidatando.

Em muitas instituições superiores, as cartas de referência e as entrevistas também são anexadas ao processo de admissão. O aluno, então, prepara-se, para o exame de admissão exigido, podendo ser *The Scholastic Aptitude Test SAT* e *Achievement Test* da *College Entrance Examination Board*, ambos usados pela maioria das

faculdades e universidades seletivas nos Estados Unidos, cujo objetivo é o de padronizar a seleção de candidatos de todas as partes do país (Pérez, 1979, p. 54).

Já na Inglaterra e no País de Gales, os candidatos solicitam ingressos através de formulários de inscrição, que são examinados por uma única agência, a *Universities Central Council on Admissions-UCCA*.

A UCCA serve de intermediária entre a universidade e os candidatos e atua como "câmara de compensação", de modo que os candidatos que não tenham conseguido vaga na primeira tentativa possam ser informados de outras vagas existentes (Pérez, 1970, p. 78).

Ao contrário da Inglaterra, em Israel os procedimentos de seleção estão longe de ser uniformes e centralizados, pois cada universidade ou, em alguns casos, cada faculdade integrante de uma universidade, e em muitos casos até departamentos isolados, têm seus processos de seleção baseados em critérios próprios.

Esses critérios próprios enquadram-se, todavia, em três formas abrangentes de seleção, mais comumente adotadas pelas comissões de admissão:

- a) a média do diploma de admissão (no Brasil, a correspondência seria com a média de conclusão do curso secundário);
- b) o desempenho em testes de aptidão acadêmica;

c) o desempenho em teste de proficiência na língua inglesa.

De maneira geral as comissões de admissão das universidades/ faculdades/ departamentos diferem, por conta própria, na ponderação de cada um desses fatores.

Eventualmente, quanto ao critério, o teste de personalidade e entrevista aplicados por área pode ser também utilizado em substituição a um dos critérios acima.

Nos meios universitários de Israel, sem que fossem contestados os méritos propriamente ditos desses critérios de admissão, algumas de suas particularidades operacionais vêm sendo alvo de revisão e, em conseqüência, algumas mudanças, em processo de implantação, contemplam:

a) os exames de admissão prestados por alunos do último ano do curso colegial incluem, não apenas questões de dissertação, mas também outros tipos de questões que ultrapassam a mera "mensuração de conhecimento" e testam em níveis mais abstratos a "capacidade de análise" e de "síntese" do candidato. Além disso, pesquisas psicométricas procuram checar a confiabilidade das notas obtidas pelo aluno nos testes de admissão.

b) Um programa nacional, na área do teste de aptidão acadêmica, está substituindo os diferentes programas locais.

Dessa forma, os estudantes que se candidatam a

mais de uma universidade são submetidos a apenas uma série nacional de testes de aptidão, em contraposição ao sistema anterior, que obrigava os candidatos a se submeterem a testes separados em cada uma das universidades pretendidas.

c) Os testes de proficiência, em inglês, revistos por uma equipe de peritos na língua inglesa e em processo de

avaliação, passam, também, a integrar o programa nacional de testes mencionados no item anterior (Pérez, 1970, p.91).

No México, o processo anual de ingresso no ensino superior, particularmente nas instituições públicas, tem início, geralmente, através de anúncios publicados nos jornais, colocados pelo departamento de admissão da instituição em questão. De modo geral, essa espécie de "propaganda", bastante abrangente, informa detalhadamente a respeito dos cursos disponíveis, das exigências para a admissão, bem como dos locais onde se podem obter os requerimentos e onde e quando devolvê-los. Informados pelos jornais, os estudantes de todas as partes do país requerem, então, o ingresso, geralmente pelo correio, em uma ou mais instituições, uma vez que a maioria dos cursos são oferecidos em mais de uma universidade ou faculdade. Onde quer que sejam solicitadas, as autoridades de admissão dão todas as informações e os esclarecimentos desejados.

Todos os requerimentos encaminhados para uma



mesma instituição, particularmente no caso das públicas, recebem tratamento idêntico, sem considerar critérios diferenciados, como, por exemplo, sistemas de cotas.

Normalmente um requerimento é feito para o ingresso em uma faculdade/departamento numa dada instituição, mas o estudante pode indicar duas outras preferências.

Todas as instituições recebem um número de requerimentos superior ao número de vagas disponíveis, mas essa demanda geralmente inclui grande número de requerimentos que não atendem às exigências para admissão.

O departamento de admissão é responsável pela separação dos requerimentos, de acordo com o atendimento das exigências, antes de apresentar a lista dos qualificados às comissões responsáveis pela seleção. Estas, por sua vez, procedem à seleção com base em critérios únicos, legalmente estabelecidos pelo governo federal (Pérez, 1979, p. 96).

O procedimento é diametralmente oposto na República Federal da Alemanha, onde tanto as escolas superiores quanto as universidades são instituições estaduais.

Para maior compreensão do sistema de acesso ao ensino superior alemão, deve-se, antes de mais nada, mencionar que a responsabilidade pela política educacional é condicionada pela forma federativa de governo, em consequência do que, nos diversos estados da União, o sistema educacional não está fundamentado sobre regulamen-

tos inteiramente homogêneos. No entanto, as estruturas básicas do sistema de ensino nos estados alemães têm sido regularizadas por meio de acordo entre os Estados. Por estruturas básicas, objeto da regularização entre os Estados, entende-se:

- a - duração da obrigatoriedade do ensino;
- b - início e final do ano letivo;
- c - duração das férias;
- d - denominação das diversas instituições de ensino;
- e - componentes essenciais ao plano de ensino.

## 2.2 - O Acesso ao Ensino Superior no Brasil

O acesso ao ensino superior no Brasil vem sendo muito discutido, desde 1911, por ser considerado prejudicial aos candidatos oriundos das classes menos favorecidas economicamente.

Rosa (1980, p.45) afirma que:

"no esforço de eliminar ou, pelo menos, reduzir significativamente as desigualdades na competição pelo acesso à educação superior, é preciso considerar, com seu justo peso as desvantagens básicas que apresentam não apenas os candidatos egressos das camadas mais pobres da população como, ainda, os deficientes físicos, particularmente cegos, surdos e mudos. Não se trata de compensar tais desvantagens com facilidades humilhantes - como reservar-lhes certo número de vagas - mas de empreender de modo mais adequado sua formação anterior".

Na verdade, o acesso ao ensino superior e a doutrina de igualdade de oportunidade envolvem problemas que há muito tempo vêm sendo tratados na literatura

nacional (Sucupira, Teixeira, Vasconcelos).

Todavia, na prática, muito pouco tem sido feito para resolver esse problema.

A igualdade de oportunidades de acesso ao ensino superior suscita uma série de controvérsias por parte dos educadores ( Santos, Milioli ). Há consenso, porém, em relação à proposta de que o acesso ao terceiro grau deve ser assegurado a todos, em plenas condições de igualdade.

Teoricamente, conforme a doutrina de igualdade de oportunidades, iguais aptidões, manifestadas desde a infância e nos primeiros anos escolares, deveriam conduzir a igual acesso à educação superior, independente das origens sócio-econômicas.

Rosa (1985, p. 242) também considera que:

"é urgente rever a política de acesso ao ensino superior. E esta não se limita ao incremento do número de vagas. Tampouco quer dizer que as IES devam baixar ainda mais seu nível de exigência para absorver toda a população do país que o desejar. A universidade não tem obrigação de preencher todas as vagas disponíveis. A universidade pública, no entanto, deve chegar a dispor de vagas para todos os que estejam em condições intelectuais de alcançá-la...".

A cada ano que passa, mais autores, como por exemplo, Rabello ( 1974, p. 14), escrevem sobre a influência que o nível sócio-econômico exerce no ingres-

so no ensino superior do Brasil, principalmente nos cursos de alta demanda.

Para Vahl (1980, p. 80), é

"indiscutível a influência do fator sócio-econômico no acesso aos cursos de nível superior no Brasil, embora não se queira reconhecê-la e, às vezes, até se fale em democratização, ou deselitização do ensino superior".

O autor afirma, também, que:

"o ensino superior no Brasil é ainda muito elitista e só uma minoria pode ter acesso a ele. O fator sócio-econômico tem grande importância no processo de acesso ao ensino superior. Os cursinhos preparatórios aos exames vestibulares são freqüentados quase que exclusivamente por pessoas descendentes de famílias detentoras de sólida base financeira. As profissões nobres têm suas vagas quase que exclusivamente preenchidas por estudantes provenientes das camadas mais altas da sociedade" (Vahl, 1980, p.109).

Gouveia (1968, p.232) acrescenta que "a triagem já se faz, em grande parte, no ensino médio, onde se verifica a correlação entre a origem sócio-econômica e o ramo de ensino que o estudante freqüentou".

Por oportuno, transcrevem-se, a seguir, as manifestações de Ribeiro (1980, p.27) sobre a questão do acesso à Universidade.

"O vestibular é um instrumento de democratização do ensino voltado para o princípio de igualdade de oportunidades para todos. Entretanto, ainda deixa muito a desejar, embora represente um passo decisivo ao ingresso à universidade de alunos oriundos de camadas menos favorecidas. Não se consegue superar a falsa noção de que todos os homens são igual

mente dotados qualitativa e quantitativamente. Esses dotes têm que ser corretamente avaliados para que o princípio de igualdade para todos não se torne instrumento de massificação destituído de conteúdo qualitativo".

Para Guimarães (1984, p.33), por outro lado,

"a cada ano, e em todo o país, cerca de um milhão de pessoas apostam tempo, dinheiro e adrenalina na difícil disputa do vestibular. Em meio a um grande clima emocional, estimulado pelos meios de comunicação de massas, os candidatos se sentem desafiados em sua capacidade de corresponder às expectativas de seu grupo social. Na verdade, embora todos os candidatos sejam "formalmente" iguais perante o Vestibular e tenham, aparentemente, as mesmas chances de sucesso ou de fracasso, podemos verificar, com o auxílio dos números, que muito pelo contrário, as oportunidades de êxito não são distribuídas igualitariamente para todos e que o exame não faz outra coisa senão premiar os já vencedores na escala dos privilégios econômicos e sociais".

Na mesma linha, Oliven (1990, p.66) afirma que "o caráter elitista da universidade brasileira agrava-se com o papel desempenhado pelo vestibular, ou seja, por ter critério único de seleção e alocação dos estudantes para os cursos oferecidos pela universidade".

Esse problema tornou-se mais agudo a partir da reforma universitária. Antes de 1968, para passar no exame vestibular e ter o direito à educação superior, os candidatos tinham de alcançar um certo escore, arbitrariamente considerado a nota para passar.

Essa função eliminatória do vestibular tendia a causar dois grandes problemas:

- certos cursos de alto padrão acadêmico e demanda social

relativamente baixa não preenchiam suas vagas. Isso decorria do baixo nível de grande parte das escolas secundárias, fenômeno agravado pela expansão ocorrida nesse grau de ensino, e pelo fato de a universidade não arcar com a responsabilidade de sanar as deficiências da escolaridade média;

- outros cursos com alto prestígio social e grande demanda tinham candidatos de sobra, o que fazia com que as exigências do vestibular tendessem a aumentar. Mesmo assim, a quantidade de aprovados no exame ultrapassava o número de vagas disponíveis, formando um grupo de excedentes.

O próprio relatório concluiu que, apesar de ter sido formalmente analisado pela primeira vez em 1979, o fenômeno vinha ocorrendo desde o final dos anos 60 e início dos 70.

A esse respeito, é interessante notar que os relatórios do concurso vestibular, exigidos pelo MEC, têm sido apresentados apenas como um conjunto de números, sem análises qualitativas.

No caso de Santa Catarina, o relatório do vestibular de 1979 da UFSC foi o único em que se procedeu tal análise.

Outro fator que favorece o elitismo no acesso à universidade é o cursinho. Aliás, o relatório do concurso vestibular de 1979, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina- UFSC, demonstra que é flagran-

te a superioridade dos candidatos que freqüentaram cursos pré-vestibulares.

Além do cursos pré-vestibulares, um outro fator de elitização do acesso à universidade é levantado por Oliveira (1976, p.37), em sua pesquisa "URBANIZAÇÃO E ACESSO AO ENSINO SUPERIOR". O autor chegou a duas conclusões:

- a) a urbanização é um dos fatores condicionantes da chance de os indivíduos se apresentarem ao vestibular do CESCEM e, uma vez candidatos, acabam sendo bem sucedidos nas provas a que se submeteram;

- b) o efeito da urbanização sobre a procura do vestibular é maior do que sobre o desempenho dos candidatos.

Da análise do relatório da pesquisa de Oliveira pode-se concluir, ainda, que o nível de desenvolvimento industrial intervém positivamente na atuação da urbanização em relação tanto à procura do vestibular como ao desempenho dos candidatos.

Assinale-se que essas considerações se baseiam em dados relativos ao acesso ao nível superior do ensino, ao qual se apresenta uma população já amplamente selecionada, do ponto de vista social e cultural.

Outro fator a considerar é que o ensino de segundo grau pouco tem servido para fornecer conhecimentos que despertem vocações e desenvolvam aptidões nos estudantes que tentam o ingresso à universidade.

Com efeito, Sucupira (1975, p. 11) afirma que "o êxito dos cursinhos, onde se adquire a técnica de vencer o vestibular, é a prova insofismável da insuficiência da formação secundária".

Trata-se de um treinamento supletivo, já que o aluno, ao longo do segundo grau abandona as disciplinas mais importantes à sua formação e dedica-se a duas ou três disciplinas exigidas no vestibular.

Na visão de Chagas (1980, p.30), "da deformação da escola média, chega-se à deformação do aluno, tornando-o, em muito casos, irrecuperável para autênticos trabalhos universitários".

Na verdade, a reforma do ensino primário e secundário deu ao segundo grau características profissionalizantes. Em conseqüência, ocorreu a queda do nível dos candidatos, que passaram a correr em massa aos cursinhos que se multiplicam em progressão geométrica.

Pela pressão do governo para normalizar uma situação irregular, os cursinhos estão se transformando em escolas de segundo grau, sem alterar sua estrutura comercial de ensino-treinamento.



Os candidatos aos cursos universitários de alta demanda, com uma relação candidato-vaga expressiva, procuram freqüentar os "cursinhos" na busca de uma preparação exclusivamente dirigida para o concurso vestibular, o que, geralmente, não ocorre com o ensino convencional.

Na prática, as discussões sobre o sistema de acesso às universidades públicas ganharam nova dimensão qualitativa a partir das medidas legais adotadas em 1990 pelo Governo Federal, estabelecendo a autonomia das universidades na realização dos exames vestibulares.

O emaranhado de normas até então vigente restringia substancialmente a abrangência dessas discussões, limitando-as quase sempre a meros debates sobre detalhes técnicos relativos à forma de implementação do concurso vestibular. A maior responsabilidade atribuída à universidade no trato da questão do acesso, em resposta à antiga e reiterada reivindicação, leva, necessariamente, ao redirecionamento desse debate e à análise do sistema em sua globalidade, onde a forma de realização do vestibular deixa de ser o tema central e passa a ser apenas um dos aspectos a serem abordados.

O conteúdo analítico dos documentos discutidos no Encontro Nacional de Comissões de Vestibulares das Universidades Federais, realizado em Fortaleza em setembro de 1990, mostra essa nova e positiva tendência.

O exemplo clássico é o exame vestibular do CESCEM. Pelas carreiras e escolas que o integram, atrai uma população de candidatos bastante diferenciada dentre os que buscam o ensino superior, e isto no Estado de São Paulo, onde o sistema escolar secundário é bastante desenvolvido.

De todo o material a respeito desta questão, o mais recente e atualizado foi produzido pelo professor Nilson Pinto de Oliveira (1991, p.03), para fundamentar sua explanação sobre o acesso à universidade, no 2º Encontro Nacional de Comissões de Vestibulares de Universidades Públicas, realizado em Belém, em setembro de 1991.

Da explanação destaca-se o seguinte comentário:

"O número de candidatos às Universidades Públicas Brasileiras supera o número de vagas ofertadas, de modo que algum tipo de seleção tem que ser feito. A causa básica do problema é, evidentemente, a relação excessivamente alta entre o número de candidatos e o número de vagas, responsável pelo clima de tensão emocional, expectativa e acirramento que cerca o 'evento' vestibular. Para se entender corretamente o problema, é necessário analisá-lo em sua origem, na qual três fatores importantes podem ser reconhecidos: a) a falta de alternativas fora da Universidade para ascensão social da população; b) o pequeno número de vagas ofertadas pelas Universidades Brasileiras; c) a qualidade relativa das Universidades Públicas no Brasil."

Assim, a disputa acirrada por uma vaga na universidade e o grande contingente populacional envolvido aguçam o interesse da opinião pública no concurso vesti-

bular, que ganha, como conseqüência, o espaço correspondente nos meios de comunicação e se transforma no centro das atenções de toda a sociedade. O vestibular passa a ser o "grande problema", maior até do que suas causas. Anualmente se repete a fatídica pergunta "Por que não se extingue o vestibular?". E, sistematicamente, diversas autoridades têm prometido que vão tomar tal providência...

Na verdade, o clima vivido nos dias do grande evento é conhecido por todos e foi muito bem retratado por Luiz F. Veríssimo em crônica que, apesar de publicada há 15 anos, continua sendo atual. Chama-se, sugestivamente, "O flagelo do vestibular". Dela se destaca:

"Não haveria um jeito mais humano de fazer a seleção para as universidades? Por exemplo, largar todos os candidatos no ponto mais remoto da floresta amazônica e os que voltassem à civilização estariam automaticamente classificados? Afinal, o Brasil precisa de desbravadores. Os candidatos à Engenharia no Rio de Janeiro, poderiam ser postos a trabalhar no Metrô dia e noite, quem pedisse água seria desclassificado. O Estado acabaria com poucos engenheiros novos - aliás, uma segurança para a população - mas as obras do Metrô progrediriam como nunca. Na direção errada, mas que diabo. O certo é que do jeito que está não pode continuar".

O tema que é tratado com sarcasmo e ironia por Luiz F. Veríssimo, todavia, é considerado motivo de sérias preocupações para as autoridades ligadas à área. É o caso dos participantes do Encontro Nacional de Comissões de Vestibulares das Universidades Federais,

realizado em setembro de 90, em Fortaleza, que chegaram a algumas conclusões significativas, expressas nas "Recomendações Finais". Eis algumas:

- a) o concurso vestibular é um processo de seleção necessário ao sistema educacional brasileiro vigente, para ajustar a demanda às vagas oferecidas;
- b) o ensino médio não pode limitar-se a preparar alunos somente para pleitear vagas nas universidades;
- c) o concurso vestibular deve ser um mecanismo capaz de selecionar candidatos aos estudos superiores que atendam ao perfil do aluno pretendido pela universidade;
- d) a comissão de vestibular deixa de ser vista como mera operacionalizadora de um exame seletivo, devendo, doravante, efetuar um trabalho integrado, não só com a comunidade interna (universidade), mas também fundamentalmente com a escola de segundo grau;
- e) a questão do preenchimento de vagas é assunto polêmico, considerada sem sustentação a tese de que há desperdício quando há sobra de vaga.

#### **2.2.1. A Influência das Escolas de 1º e 2º Graus no Acesso a Universidade**

É certo que, de maneira geral, a formação dos alunos de primeiro e segundo graus é deficiente. A dúvida existente é se, por meio dos exames vestibulares, avalia-se efetivamente o conhecimento acumulado pelos candidatos ao longo desses níveis de ensino.

Essa dúvida foi reforçada pela análise dos

resultados de pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará - UFPA, visando compor o perfil sócio-econômico dos seus estudantes. O resultado da pesquisa apontou que 50,6% dos alunos cursaram o segundo grau em escolas públicas. Considerando-se que em Belém - origem principal do alunado pesquisado - as escolas particulares de segundo grau formaram mais alunos do que as públicas, constata-se que as escolas privadas não estão fazendo uma preparação para o vestibular melhor do que as públicas, o que se confirma um caso atípico.

Na realidade, se o tipo de escola de segundo grau cursado pelo candidato não tem sido determinante para o seu ingresso na UFPA, um outro fato parece ser, esse sim, preponderante: 85% dos alunos que foram pesquisados prepararam-se para o vestibular em algum tipo de cursinho após a conclusão do segundo grau .

A primeira impressão que se tem é de que a experiência de Belém confirma que o exame vestibular afere corretamente mais o que o aluno aprendeu no cursinho e menos o que deveria ter aprendido no segundo grau.

Um corolário que se pode propor, nesse contexto, é que a discussão da questão do acesso implica, anualmente, discussão de formas corretas de valorização dos professores de primeiro e segundo graus.

Essa discussão pode ser iniciada, por exemplo,

a partir da análise da baixa procura pelos cursos de licenciatura e seus conseqüentes reflexos negativos sobre a formação de professores para o segundo grau.

Nesse sentido, a procura de forma de minimização do problema poderia ser articulada em conjunto pelas universidades, pelo Ministério da Educação e pelas Secretarias Estaduais de Educação.

Programas com essa finalidade seriam certamente bem mais proveitosos para a educação brasileira do que, por exemplo, o Programa de Alfabetização e Cidadania, que hoje se tornou prioridade educacional. Seria também, certamente, pelo menos tão importante quanto a construção de 5000 CIACS no Brasil, cujo objetivo, afinal, só será consumado se dentro deles atuarem professores qualificados e bem remunerados.

A idéia de que as universidades deveriam definir o perfil dos alunos que pretendessem receber e selecionar vem sendo intensamente debatida no âmbito dos conselhos regionais, órgãos encarregados da fiscalização da atividade profissional. Este assunto merece algumas reflexões específicas.

Considerando-se, por exemplo, a autonomia das universidades, não se pode afastar o risco de que num futuro próximo cada curso venha a definir um tipo particular e específico de perfil do candidato ideal.

Por outro lado, a realidade atual mostra que

o alvo principal do estudante de segundo grau é a universidade, pode-se vislumbrar, também, o risco de que as escolas de uma determinada região tratariam de adaptar seu ensino ao perfil pretendido pela universidade da região, transformando seu egresso em candidato a uma única instituição, já que sua formação não estaria adequada à multiplicidade dos perfis nas duas hipóteses levantadas acima. Permanece a noção de que o candidato ideal continua sendo aquele que apreendeu bem o núcleo mínimo de segundo grau e que, do secundário em diante, a tarefa de formação é da universidade.

Rossato (1988, p.263), em seu artigo "Universidade Pública para ricos", afirma que:

"as dificuldades criadas pela reforma de 1968, a seletividade existente hoje pelas normas do concurso vestibular, a proliferação dos chamados cursinhos pré-vestibulares contribuíram para estabelecer uma seletividade econômica e não uma escolha dos mais capazes no exame vestibular".

Será que as cruzinhas, as múltiplas escolhas e as complexas formulações de questões não criam uma linguagem especial que, para ser decodificada, necessita de um ano de cursinho pré-vestibular?

Fica a questão para reflexão.

Pesquisa publicada no Diário Catarinense, em 27.05.91, realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (1990), constatou que 68% dos seus alunos frequentaram um curso pré-vestibular.

Sobre esta mesma influência no acesso à universidade, Guimarães (1984, p. 57) escreveu:

"Os números revelam que as chances de classificação dos que freqüentam cursinhos preparatórios aumentam pouco no caso do vestibular da CESGRANRIO.

... no Rio, no ano de 1983, apenas 44,7% de inscritos e 45,8% dos classificados fizeram curso pré-vestibular. Apesar da relativa contribuição do cursinho na determinação das chances dos candidatos, tem havido uma relativa menor procura dos estudantes por este tipo de ensino. No Rio de Janeiro, em 1984 e em São Paulo, em 1983 houve uma queda de respectivamente 20,0% e 15,0% no total de candidatos que freqüentaram cursinhos para o vestibular".

Ao tratar do acesso nas universidades públicas Rossato, (1988, p.263) observou que:

"o acesso às universidades públicas, dentro desta ótica, seria portanto um privilégio das classes dominantes e daqueles que têm maior poder aquisitivo. Entrariam na universidade pública gratuita justamente aqueles candidatos que poderiam custear os seus estudos. Estaria, portanto, a universidade pública contribuindo para consagrar uma situação social e aumentando ainda mais o viés econômico hoje existente na distribuição de renda e de benefícios sociais.

... Quem é que tem acesso realmente às Universidades Públicas? Qual é a renda dos estudantes das Universidades Públicas? De onde provêm os alunos das Universidades Federais? Embora não se tenham respostas para todos esses itens, existem alguns dados que indicam tendências importantes, como é o caso do estudo realizado na Universidade Federal de Santa Maria - RS."

O autor se refere ao estudo realizado pela UFSM em que, com base nos dados coletados por ocasião da inscrição do vestibular de 1987, através do questio-



nário sócio-econômico, a Comissão do Vestibular traçou o perfil dos candidatos, procurando, assim, conhecer as condições sócio-econômicas dos alunos que ingressaram naquele ano.

Em outro trabalho, este baseado em dados coletados no período 1982 a 1988, Rossato (1988, p. 268) procura identificar quem realmente estuda em universidades públicas e conclui que:

"a maioria dos estudantes que ingressam na Universidade provêm de escolas públicas. Em 1982, os estudantes que fizeram o 2º grau em escolas públicas representavam 58,29%, passando para 62,3% em 1987 e 61,2% em 1988. Destaca-se ainda que nunca chegou a mais de 31,29% o percentual daqueles que fizeram todo o 2º grau em escolas particulares. Em 1982, no questionário não se colocaram as alternativas "maioria em escolas públicas" e "maioria em escolas privadas", de forma que, para aquele período, não se pode fazer uma análise semelhante aos anos seguintes. Efetivamente, se somarmos aos que fizeram todo o segundo grau em escolas públicas aqueles que fizeram a maioria do 2º grau em escolas públicas, chega-se a 68,4% em 1987 e 67,5% em 1988. Portanto, mais de 2/3. Indiscutivelmente derruba-se aqui um 'MITO': os alunos da Universidade, em sua grande maioria, provem de escolas públicas".

Isso significa dizer que o vestibular está mais adaptado ao ensino público de 2º grau? Provavelmente! Cai, portanto, um tabu: a universidade pública é reservada especialmente aos alunos provenientes das escolas particulares que têm mais condições e podem pagar uma escola.

Quando o mesmo Rossato (1988, p.274) procurou verificar se a frequência a cursinho influencia ou não o acesso à universidade, sua conclusão foi enfática:

"O importante é a clara tendência de aumentar o percentual 35,80% em 1987 e 38,4% em 1988, daqueles que ingressam na Universidades sem ter feito algum curso pré-vestibular, conforme os dados demonstram. Deve-se destacar ainda que, se acrescentarmos ainda aqueles que só realizam cursinhos por menos de um semestre, ou seja, só realizaram uma revisão, atinge-se a 38,91%, 47,0% e 49,5%. Isso significa que, praticamente a metade, em 1988, tem acesso sem que o curso pré-vestibular se coloque como uma *conditio sine qua non* para ter acesso à universidade."

#### 2.2.2. A Interferência do Fator Sócio-Econômico no Acesso à Universidade

No âmbito da questão sócio-econômica, e especificamente sobre a situação social do estudante, Rabello (1974, p.38) realizou uma pesquisa nas Universidades Federais do Amazonas, do Maranhão, de Mato Grosso, de Juiz de Fora (MG), de Santa Maria (RS), do Paraná, de Sergipe e na Estadual de Campinas, concluindo que o quadro dos jovens universitários vem sofrendo alterações mais ou menos profundas, de possível identificação.

Na mesma pesquisa, Rabello (1974, p.38) mostra que as tentativas mais generalizadas de classificação dos estudantes em status ou camadas, para efeito de estudo, baseiam-se no nível ocupacional dos pais, e suas áreas de abrangência se restringem aos níveis local ou regional, o que dificulta a realização de estudos comparativos.

Com base no nível ocupacional dos pais dos estudantes, a autora elaborou uma tabela que permite constatar a quase inversão da composição social do corpo discente das universidades pesquisadas.

Apesar de diferentes critérios no tratamento dos dados levantados, parece inegável o incremento no acesso às universidades públicas de estudantes das camadas mais baixas da população, o que indica, possivelmente, um processo de democratização do ensino superior, em especial nas escolas públicas.

O estudo de Rabello (1974) levou em consideração os anos de 1965 a 1973 e constatou que os estudantes oriundos de camadas baixas da população eram 8,5% em 1965, e 37,8% em 1973.

Pode-se, a partir daí, ter uma idéia da extensão e da magnitude da mudança, na participação das camadas mais altas, consideradas na pesquisa como classes "A" e "B". A participação da classe "A" era de 28,5% em 1965, e de 23,3% em 1973. Já a participação da classe "B" caiu de 49,4% em 1965 para 38,9% em 1973.

Verifica-se, portanto, no período abrangido e nas universidades pesquisadas, uma tendência de queda do elitismo. Em consequência, começa a ser desfeito o estereótipo de que a condição de universitário provoca automaticamente a ascensão vertical do estudante, enquadrando-o na classe de média para cima.

É oportuno observar, todavia, que essas inferências, aparentemente lógicas, extraídas da pesquisa de Rabello, são contrariadas pelas conclusões de pesquisa realizada na Universidade Federal de Santa Catarina (1990). No caso da UFSC, em 1990, 17,6% dos acadêmicos provinham de família cuja renda familiar variava de Cr\$ 20 mil a Cr\$ 100 mil cruzeiros, enquanto em 33.10% dos casos a renda familiar média era de Cr\$ 301 mil cruzeiros.

Sobre a influência da renda familiar no acesso à Universidade, Guimarães (1984,p.40) diz que:

"todos nós sabemos que o perfil de estratificação da sociedade brasileira se reflete no quadro de acesso à escolarização da população. Tomando como base os dados divulgados pela CESGRAN RIO, temos o seguinte quadro dos candidatos inscritos: de 1980 até 1984, os estudantes, cujos pais têm ocupação de nível baixo (correspondendo às funções de trabalho manual em geral, na cidade e no campo), representam cerca de 28,0% do total de candidatos. Apesar da queda geral registrada no número de inscritos, continua a haver uma participação de cerca de 50% de candidatos com pais em ocupação de nível médio e baixo. Em contrapartida, cresceu consideravelmente a participação de candidatos, cujos pais têm função de empregador (grande banqueiro, fazendeiro, industrial ou comerciante). Se em 1980 esses estudantes constituíam 10,8% do total de inscritos, em 1984 estes representam 17,2%. Houve decréscimo relativo no caso dos estudantes com pais em ocupação de nível alto (profissional liberal, funcionário público ou privado), de nível médio e de nível baixo."

Assim, não apenas o grupo dos menos favorecidos na escala social, com pai em ocupação de nível médio

e baixo, mas também os candidatos com pais assalariados de nível alto, estariam sendo afetados em sua decisão de concorrer ao vestibular. O único grupo não atingido é, portanto, os estudantes com pai empregador, ou seja, formado por aqueles do topo da pirâmide social.

A pesquisa realizada na UFSC (1990) revela, ainda, um outro dado que contraria frontalmente as conclusões dos estudos de Rabello: no caso de Santa Catarina, 72,7% dos universitários realizaram segundo grau em escolas particulares.

Sobre este fator, Guimarães (1984, p.45) afirma que:

" ... no caso da CESGRANRIO, é maior a capacidade da escola privada de colocar seus alunos na Universidade e, maior ainda, é a sua participação no concurso, onde é responsável pela formação de cerca de 60% dos alunos que se inscreveram no Vestibular. No caso da FUVEST, em 1980, 46,1% dos classificados fizeram o 2º grau em escolas particulares."

Em relação ao turno freqüentado pelo estudante na escola de 2º grau, embora seja sempre superior o número de classificados entre os que estudam de dia do que os que estudam à noite, essa desvantagem vem diminuindo com o passar do tempo.

Ao tratar deste assunto, Guimarães (1984,p.40) afirma que:

"no caso da CESGRANRIO, se em 1980, os que estudavam em horários diurnos tinham

cinco vezes mais chances do que os que estudavam à noite, em 1984 as chances foram apenas duas vezes maiores. No vestibular da FUVEST, a redução de chances dos que estudaram à noite aumentou consideravelmente de ano para ano e, em 1983, a capacidade de classificação dos que estudaram à noite foi de apenas 1,6% contra 7,9% no caso dos que estudaram de dia. Em 1980, a diferença foi de 4,99% para 12,8%. Se, na maioria, quem frequenta curso noturno o faz porque trabalha, os dados confirmam a importância de dedicação exclusiva ao estudo e fazem supor que a associação entre baixa renda, necessidade de trabalhar e estudo em horário noturno levaria, de fato, à redução das chances de classificação no vestibular."

Sobre o mesmo assunto, Queiroz (1990, p.23), ao examinar o questionário sócio-econômico dos candidatos ao vestibular 88/1 da Universidade Federal do Ceará, chegou à seguinte conclusão:

"A comparação com o 1º grau mostra que, no caso presente, à exceção do colégio municipal, os rendimentos dos colégios públicos são melhores. O federal é muito superior ao particular. Tanto o Liceu quanto o Municipal, que eram reconhecidos anteriormente como de 1ª qualidade, perderam esta posição nas últimas décadas. Sendo-lhes concedido um mínimo de atenção, os colégios públicos passam rapidamente à liderança."

Se analisarmos em conjunto e comparativamente a pesquisa de Rabello (1974), em oito universidades, as constatações de Guimarães (1984) e as análises de Queiroz (1990) não deixam dúvida de que vem ocorrendo progressivo aumento na participação dos níveis sócio-econômicos mais desfavorecidos no total do alunado universitário.

Isto é contrariado pela pesquisa realizada na UFSC (1990), mas é necessário e importante salientar-se, neste ponto, que tal pesquisa baseou-se em entrevistas aleatórias realizadas junto a uma amostra da população universitária, cujos critérios de diferenciação não são conhecidos. Já as outras pesquisas supra-citadas, ao contrário, foram realizadas com base na análise dos questionários sócio-econômicos.

Alias, o CESGRANRIO também analisou os perfis dos vestibulandos inscritos e classificados nos anos de 1973 e 1977, observando que houve uma evolução contínua, naquele período em termos de aumento dos percentuais de participação das classes de mais baixa renda e, conseqüentemente, um declínio dos percentuais das classes mais abastadas.

A análise desses dados, inclusive, não deixa de levar em conta o aumento progressivo da relação candidato/vaga no período e o fato de o desempenho do candidato no concurso vestibular ser fortemente influenciado pela renda familiar.

Ainda assim, verificou-se que no período estudado, dentre os classificados, os alunos de classe média e alta perderam participação. É forçoso admitir que problemas de ordem técnica, de normalização, provocam uma aparente diminuição dessas classes, o que deve ser um efeito meramente residual, não merecendo, portanto, maior preocupação.

Por outro lado, no mesmo período de 1973/1977, o CESGRANRIO verificou um aumento constante de 16% ao ano no número de inscrições no concurso.

Pelo que foi analisado até este ponto, pode-se inferir que esse aumento não foi em decorrência somente do crescimento demográfico e sim do aumento na procura por uma maior escolarização por parte da população.

Por isso, esse acréscimo constante no número de candidato talvez tenha sido provocado pelo aumento percentual de candidatos oriundos de classes sociais que antes não procuravam acesso ao ensino de terceiro grau. E esse fato, por sua vez, parece indicar a ocorrência de mudanças no tipo de clientela que procura a universidade.

Como já foi visto, o simples fato de desfrutar a condição de universitário já não garante ao estudante, automaticamente, a sua imediata ascensão em termos de status social. Ainda assim, o aumento verificado pela CESGRANRIO no número de candidatos oriundos das classes menos abonadas parece ser motivado, sobretudo, pela necessidade de ascensão social dentro de uma sociedade de consumo, onde a educação é encarada como um bem de capital, na expectativa de ganhos salariais elevados no futuro.

Dessa forma, esses grupos não encaram, necessa-



riamente, o ensino superior como caminho para a capacitação profissional e, uma vez dentro da universidade, provocam um choque ideológico com a tradição universitária.

O problema é ainda mais agudo consideradas as diversas carreiras dentro do sistema universitário. A conjugação da influência do desempenho sobre a renda com a seletividade diferenciada do vestibular em relação a carreiras de alto e baixo prestígio está provocando uma reelitização dentro da universidade.

Este fenômeno fica evidenciado quando se comparam, por exemplo, as classes de renda dos candidatos às vagas para os cursos de Medicina e Odontologia (alto prestígio) e Letras e Línguas (baixo prestígio).

É forçoso notar todavia, que esta situação vem se intensificando ano a ano, já que as vagas dos cursos de Medicina e Odontologia vem sendo ocupadas, cada vez mais, por candidatos com renda bem mais alta que a renda dos candidatos que ocupam as vagas de Letras e Línguas. Há duas tentativas de explicação para esse processo de intensificação de diferenciação:

a) Auto-eliminação:

Trata-se de um fenômeno pelo qual os candidatos de baixa renda se auto-excluem, na época da inscrição, do

contingente que procura matrícula nos cursos de alta demanda, como Odontologia e Medicina. Essa auto-eliminação deve-se, por sua vez, a dois fatores:

1- O conhecimento prévio, por parte do candidato, da relação candidato/vaga.

2- Da mesma forma, o conhecimento das elevadas médias obtidas pelos aprovados, para cursos de alta demanda, em vestibulares de anos anteriores.

#### b) Localização geográfica

Geralmente os cursos de alta demanda estão sediados nas capitais ou poucas metrópoles não uniformemente espalhadas pelos estados. É o caso de Santa Catarina, onde as inscrições para os cursos de alto prestígio, ainda majoritariamente concentrados na capital, são feitos, na sua grande maioria, por candidatos de alta renda e que dispõem da necessária condição financeira para sua manutenção fora da residência.

Aos candidatos destituídos da necessária condição financeira, resta somente a opção de tentar acesso a cursos existentes nas universidades, fundações educacionais ou faculdades locais, independentemente de sua vocação.

Em sua dissertação intitulada "O Perfil do Aluno de Terceiro Grau da UNISUL", Milioli (1990, p.17) constata que:

"... o baixo nível de escolaridade dos pais dos alunos pesquisados: 8%, em todos os cursos, responderam que pai e/ou mãe eram sem escolaridade; 32,3% possuíam o 1º grau incompleto; e 30,2% o 1º grau completo. Somente 19,5% responderam pelo 2º grau completo; e 10% com o 3º grau completo. Isto perfaz um índice de 70,5% de pais de alunos que não completaram o 2º grau, na forma que lhes assegura a constituição do país. Por outro lado, é extremamente alentador o fato de que 90% de pais, que não tiveram acesso ao ensino superior, alcancem tal oportunidade para seus filhos. Isto representa, a grosso modo, um amplo processo de ascensão na escolaridade formal e uma ampla procura pelo capital intelectual, mesmo que este não apresente uma correlata ascensão, quer econômica quer profissional."

Sobre a faixa salarial e/ou renda dos alunos, a autora verificou que:

" 37,0% do total de alunos respondeu que recebia até Cz 50 mil e 15,8% respondeu que recebia de Cz 51 mil a Cz70 mil. Considerando-se que, em novembro de 1988 o piso salarial(PS) era de Cz 30 mil e 800 cruzados, encontramos nesta faixa de 2,3 PS um índice de 52,8% do total, ou seja, a maioria absoluta do alunado pesquisado. Até 3,2 PS tivemos um índice de 64,9% do alunado global, o que representa um nível de renda realmente muito baixo. O maior poder aquisitivo encontrou-se, destacadamente, no curso de Direito, onde 51,7% de seu alunado declarou receber mais de Cz 1000 mil; que equivalia, na época da pesquisa, a US\$ 52, 76 ao câmbio oficial (Milioli 1990, p.26)."

Em sua conclusão, Milioli (1990, p.35) confirma que um número considerável de alunos tem atividade remunerada, à exceção dos cursos que exigem tempo integral, já que, nos demais cursos, é maciço o número de aluno que

trabalha: Direito 90%, área econômica 89,2% e área de ensino 80,6%. Quanto à facilidade de acesso à maioria dos cursos, pela relação vagas/candidatos, a autora supõe que o maior empecilho à titulação de terceiro grau seja o custo, pois 35,7% dos alunos da UNISUL apontaram como dificuldade de freqüentar o curso, o alto custo das mensalidades. Confrontando-se os índices de salários e/ou renda declarados pelos alunos, tem-se realmente índices globais muito baixos ( 64,9% recebem abaixo de três pisos salariais).

A distância da residência e/ou trabalho para a UNISUL também foi uma desvantagem revelada por 14,4% dos alunos, que reclamaram de maior dispêndio econômico, da perda de tempo e de desgaste físico, já que, no caso da UNISUL, apenas 34,3% dos alunos são residentes na cidade de Tubarão; os restantes 65,7% precisam dispender gastos, diariamente, para ir e vir às aulas, no mínimo uma hora de viagem de ônibus e, geralmente, à noite.

Quanto à atividade remunerada, a autora constatou que somente 21,6% não exercem trabalho remunerado algum. A parcela mais significativa, de 24,8%, trabalha em estabelecimentos de ensino, especialmente o aluna- do feminino (26,6%), o que coloca a UNISUL especialmente direcionada na preparação desse tipo de profissional para o mercado de trabalho da região. Finalmente, 21,1% trabalham em empresas particulares, 10,2% em empresas

familiares e 9,4% em empresas estatais ou mista (Milio-  
li, 1990).

Do que foi visto até o momento, verifica-se que as classes sociais mais altas dirigem-se para as instituições gratuitas, enquanto que às camadas de mais baixa renda resta a alternativa do ensino pago.

Ocorre, então, que o acesso das classes mais baixas se dá em instituições pagas e nas carreiras que mais rapidamente se desprestigiam, onde, por consequência, é mais difícil conseguir emprego e onde os níveis médios de remuneração são mais baixos. Em outras palavras, os novos universitários de baixa renda ou que precisam trabalhar, somente conseguem atingir carreiras que eles próprios consideram menos desejáveis.

### 2.2.3. O Sexo Feminino diante do Acesso à Universidade

Tratando ainda deste mesmo tema, Lewin (1977, p.201) em sua pesquisa "Diversificação da demanda superior: o comportamento feminino diante da carreira universitária", se refere assim sobre a clientela do curso de Letras:

" Quanto à renda familiar, a sua população concentra-se preferencialmente no estrato médio - baixo, apesar de 1973 apresentar uma representatividade mais na faixa média-média e 1974 também ostentar um contingente significativo nesta faixa, embora prevaleça durante todo o período a dominância da origem de renda médio-baixo. A faixa de renda baixa apresenta progressivo crescimento percentual, enquanto nas faixas médias-alta

e alta a situação se inverte. Em Letras, como em outras carreiras, a mesma ocorrência se registra: quanto mais elevada a renda, maiores são as taxas de classificação de seus candidatos, contudo, no caso de Letras, a situação alcança índices de dramática paradoxalidade, pois as diferenças de performance entre os contingentes grupados segundo rendimento familiar favorece a classificação dos candidatos egressos do estrato de renda alta, chegando a representar o dobro da proporcionalidade de seus inscritos no cômputo total".

Nessa mesma pesquisa, analisando o curso de Serviço Social, o autor percebe que a relação candidatos/vaga é bastante diferenciada do caso do curso de Letras.

Enquanto no curso de Serviço Social, no intervalo 1972/ 77, o incremento da oferta foi da ordem de 121,4% e o da procura foi de 374,2%, ou seja, três vezes mais, no curso de Letras, no mesmo período, as vagas cresceram na proporção de 479,4% contra 360,7% dos candidatos.

Lewin (1977, p. 203) também estudou a questão da renda familiar, e observou que:

"as faixas baixas e médias baixas concentram cerca de 75% das candidatas dessa área, sendo quase insignificante a proporção de candidatos na faixa de renda alta, os melhores escores de classificação se alocam no estrato médio-alto. Em termos globais, pode-se afirmar que Serviço Social é uma carreira bastante diversificada e mais equilibrada percentualmente quanto à contribuição de seus candidatos segundo discriminação por turno e modalidade de ensino. Por outro lado, apresenta um perfil de com-

posição por estrato de renda e instrução paterna mais concentrado nos grupos sociais de baixo e médio status econômico e cultural."

Já o curso de Educação, conforme mostram os dados levantados por Lewin (1977, p.203), apresenta grande semelhança com o de Letras, onde a instrução paterna concentra-se no primário, embora ao longo do tempo o seu percentual tenda a baixar ligeiramente, enquanto melhora a posição dos graduados no ensino ginasial, que forma o 2º contingente. Quanto à renda familiar, o autor demonstra que o alunado de educação é originário predominantemente do estrato econômico médio-baixo, porém, dependendo do ano, os de renda baixa ou renda média-média constituem seu segundo parceiro na distribuição da população dos candidatos segundo o nível de renda.

O autor concluiu, nessa pesquisa, que os cursos de Enfermagem e Serviço Social são os casos limites dentro do padrão das carreiras femininas, na medida em que são compostas por uma população que exerce atividade remunerada, são oriundas de cursos noturnos, com pais de renda baixa e pouca escolaridade.

A observação sistemática sobre comportamento feminino referente às suas taxas de aprovação nos exames permitiu a Lewin estabelecer algumas proposições:

- dentro da mesma faixa de renda e de instrução paterna, as mulheres têm apresentado níveis de desempenho superiores aos de seus companheiros;

- dentro dos mesmos grupos referentes aos tipos de graduação e modalidade de ensino, as mulheres, mais uma vez, detêm a dianteira em relação aos homens;
- nas carreiras masculinas, o grau de aproveitamento feminino é muito superior ao masculino;
- as mulheres cujos pais ostentam melhores níveis de renda e instrução estão penetrando nas carreiras masculinas ou alternando as proporções nas carreiras mistas, desviando-se do "modelo do magistério e do assistencialismo".

Finalmente o autor conclui que, com o passar do tempo e na medida em que se tornam mais importantes para o ensino e para a sociedade, os exames de acesso às universidades brasileiras transformaram-se numa verdadeira indústria de elaboração de provas (Lewin 1977, p. 210).

Refletindo a respeito, Guimarães (1984, p.27) afirma que elaborar provas de vestibular é, hoje, uma atividade altamente sofisticada, realizada, em muitos casos, por instituições especializadas, como é o caso da Associação Catarinense das Fundações Educacionais - ACAFE em Santa Catarina, da FUVEST no Estado de São Paulo e do CESGRANRIO no Estado do Rio de Janeiro, que se constituem em instituições prestadoras de serviços, preparando provas de vestibular por encomenda.



Hoje em dia, a maioria dos estabelecimentos de ensino superior em todo o país está entregando a realização de seus exames vestibulares a essas instituições, que atendem a clientela de forma padronizada, sem ao menos ter conhecimento mais profundo sobre a realidade nacional do ensino de segundo grau.

No que se refere à correção de provas, muito pouco tem sido feito para avaliar os resultados obtidos pelos candidatos nos exames vestibulares em todo o Brasil, principalmente o grau de dificuldade das questões aplicadas no referido exame, muitas vezes elaboradas sem o acompanhamento de um profissional de medidas educacionais.

O que essas instituições acabam fazendo, na prática, é valorizar cada vez mais os "cursinhos" que, através de "técnicas", auxiliam a aprovação dos candidatos nos exames vestibulares, "realizando o milagre" de, em seis meses, deixar qualquer candidato apto a ingressar na universidade.

No que diz respeito ao acesso, se as provas aplicadas nos concursos vestibulares medem, ou não, o conhecimento dos candidatos que desejam freqüentar o ensino superior, é uma questão para a qual não há resposta definitiva e nem consenso. O presente trabalho, todavia, a partir dos dados disponíveis a respeito do assunto, parte da hipótese de que essa aferição de conhecimento é falaciosa.

### 3. METODOLOGIA

Neste capítulo apresentam-se os procedimentos metodológicos que delineiam o estudo através da análise descritiva, uma vez que a pesquisa se volta para a descrição de características de grupos sociais.

#### 3.1. PERGUNTAS DE PESQUISA

Com base no objetivo geral, ou seja, de procurar verificar a relação entre o perfil dos candidatos, o desempenho no concurso vestibular e o seu desempenho no 1º semestre na ESAG, formulam-se as seguintes perguntas:

1) Qual o perfil dos candidatos (nível sócio - econômico, procedência, sexo, idade, estado civil, se já foram aprovados em outro concurso vestibular, estado em que nasceram e em que tipo de escola concluíram o segundo grau, pública ou privada) que foram aprovados para a ESAG nos anos de 1987 e 1991?

2) Existe relação entre o perfil dos candidatos aprovados para a ESAG, o número de pontos obtidos em cada disciplina nos concursos vestibulares e as notas do 1º semestre letivo nos anos de 1987 e 1991?

3) Existe similaridade entre a fundamentação dada pelos autores pesquisados que tratam da matéria, sobre a influência exercida por diversos fatores no acesso de candidatos à universidade, e as evidências constatadas neste estudo?

### 3.2. CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa em pauta é do tipo exploratória, descritiva e avaliativa.

Exploratória no sentido de se familiarizar com o assunto. É descritiva pelo fato de se observar a realidade tal como se encontra, para posteriormente formular alternativas para a problemática em questão.

Por fim, tem caráter avaliativo por se verificar a realidade e comparar com os estudos empíricos desenvolvidos sobre o tema.

Ainda, a pesquisa apresenta um design do tipo levantamento, já que se procura analisar os candidatos aprovados nos concursos vestibulares da ESAG, nos anos de 1987 e 1991.

### 3.3. DEFINIÇÃO OPERACIONAL DAS VARIÁVEIS

Nível de desempenho no concurso vestibular - mensurado pelo número total de pontos que os candidatos obtiveram nas provas do concurso vestibular realizado para a ESAG nos anos de 1987 e 1991.

Nível de desempenho no 1º semestre da ESAG - mensurado pela nota final que os candidatos obtiveram nas disciplinas cursadas no 1º semestre da ESAG nos anos de 1987 e 1991.

Perfil dos candidatos - verificado mediante a análise dos seguintes fatores de caracterização:

- nível sócio-econômico;
- procedência;
- sexo;
- idade;
- estado civil;
- se já foi aprovado em outro concurso vestibular;
- estado em que nasceu e
- característica da escola em que concluiu o segundo grau: escola pública ou privada.

#### 3.4. DELIMITAÇÃO DA PESQUISA: população e unidade de observação

A população do presente estudo compreende os candidatos (aprovados) que prestaram vestibular para o Curso de Administração do Centro de Ciências da Administração - ESAG no período de 1987 e 1991.

Naqueles dois períodos, a ESAG classificou 45 candidatos, sendo que nem todos preencheram o questionário sócio-econômico por ocasião da inscrição no concurso vestibular. Assim sendo, os dados disponíveis em 1987 referem-se aos 38 alunos que o fizeram, enquanto em 1991 este total foi de 42.

#### 3.5. TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS

Os dados sobre os candidatos foram obtidos junto aos arquivos da Associação Catarinense das Fundações

Educacionais-ACAFE, entidade que desde 1974 coordena o vestibular unificado em todo o Estado de Santa Catarina, e no setor de registros acadêmicos da ESAG.

### 3.6. TÉCNICAS DE ANÁLISE DOS DADOS

O tratamento dos dados foi feito mediante aplicação de técnicas estatísticas próprias do tipo distribuição de frequência e análise de regressão múltipla, para verificar os fatores de caracterização que explicam o desempenho obtido no vestibular.

### 3.7. LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações estatísticas referem-se aos dados de 1988 a 1990, que não puderam ser recuperados junto ao Núcleo de Processamento de Dados da UFSC, bem como aos dados não coletados, relativos a alguns alunos aprovados nos concursos vestibulares de 1987 e 1991.

Os dados do concurso de 1987 não correspondem necessariamente aos dados disponíveis para os aprovados no ano de 1991, considerando-se que, conforme já foi visto anteriormente, nem todos os alunos responderam ao questionário, tanto num ano quanto no outro.

Por essa razão, as variáveis turno dos estudos do 2º grau, estado de origem, tipo de comunidade, grau de instrução dos pais, foram analisadas apenas no concurso vestibular de 1987. Número de vestibulares, outros cursos superiores, influência para a escolha de opção, expectativa no curso e renda familiar, foram somente analisadas no concurso vestibular de 1991.

#### 4.0 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

No presente capítulo será apresentada a análise dos dados coletados sobre os candidatos habilitados à ESAG nos concursos vestibulares realizados em 1987 e 1991.

Alguns itens do questionário, todavia, não foram respondidos por todos os alunos, razão pela qual o total de respostas para cada variável não é constante. Em todas, no entanto, o percentual de respostas foi suficiente para garantir sua representatividade.

A análise divide-se em (duas) partes sendo, que na primeira é descrito o perfil dos candidatos em relação às variáveis selecionadas, seguindo-se uma análise da relação de algumas variáveis com o desempenho dos candidatos no concurso vestibular e no primeiro semestre do curso.

##### 4.1. PERFIL DOS CANDIDATOS

Os dados relativos ao Perfil dos Candidatos aprovados nos vestibulares de 1987 e 1991 foram coletados junto aos arquivos da ACAFE. Constatou-se que os dados disponíveis ao concurso de 1987 não correspondem, necessariamente, aos dados disponíveis dos aprovados em 1991.

Em função desta diferença, optou-se por apresentar inicialmente o perfil dos candidatos relativamente àquelas variáveis comuns aos dois anos. As demais foram incluídas na pesquisa, mesmo sem haver a disponibilidade de dados para os dois períodos, em vista de sua importância para os objetivos do presente estudo.

## 1. SEXO

No ano de 1987, 68,4% dos aprovados no concurso vestibular pertenciam ao sexo masculino e 31,6% ao sexo feminino, enquanto no ano de 1991 esses percentuais variaram para, respectivamente 81% e 19%, conforme demonstra a tabela n° 01, a seguir.

Tabela n° 01:

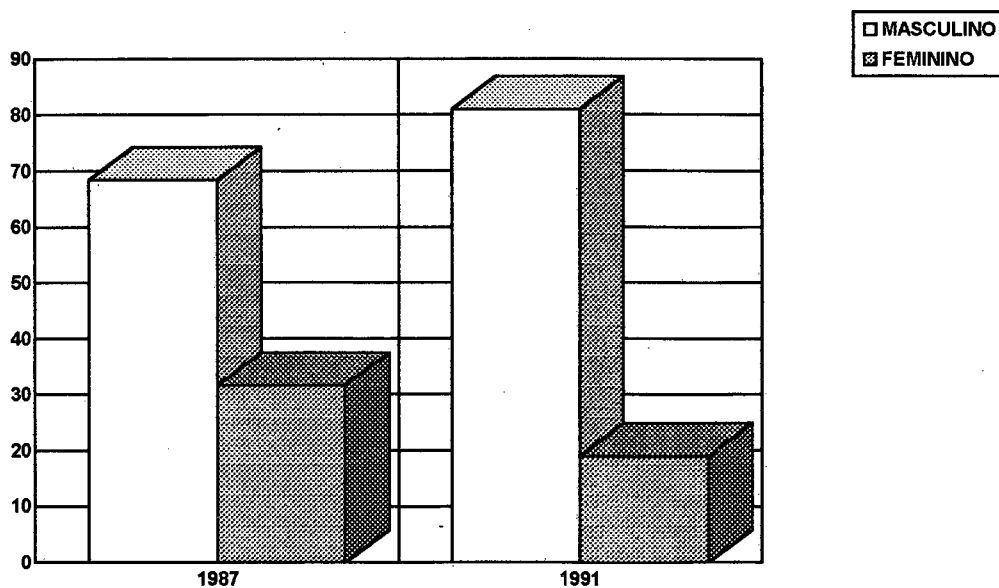
Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo o sexo

SEXO	1987	1991
MASCULINO	68,4	81,0
FEMININO	31,6	19,0
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°01:

Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo o sexo



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

## 2. ESTADO CIVIL

Os dados coletados indicam que expressivo percentual (94,0%) dos alunos que ingressaram na ESAG em 1987 eram solteiros e apenas 6,0% casados. Já em 1991 o percentual de solteiros foi de 100,0%, conforme indicam os dados da tabela n° 02 abaixo.

Tabela n° 02:

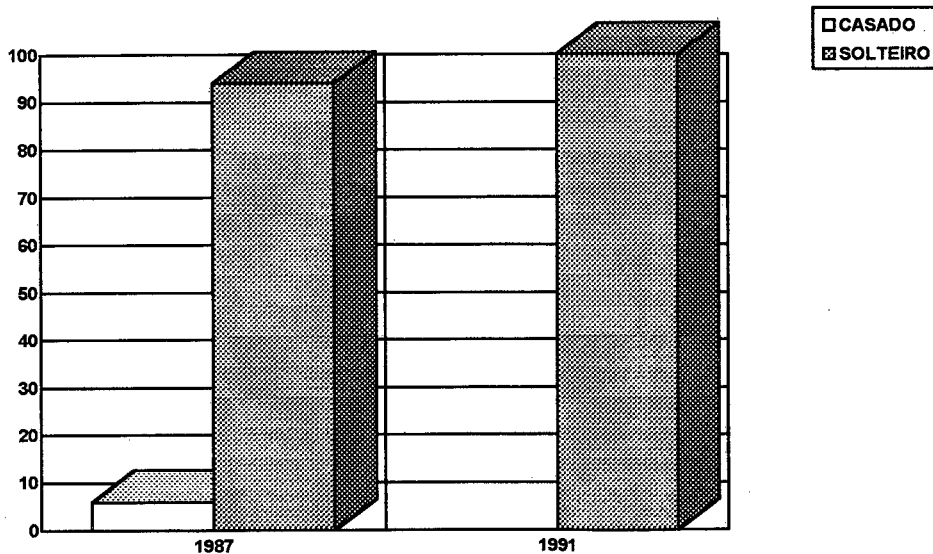
Distribuição dos percentuais de alunos aprovados nos vestibulares da ESAG, de acordo com o estado civil

ESTADO CIVIL	1987	1991
SOLTEIRO	94,0	100,0
CASADO	6,0	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°02:

Distribuição dos percentuais de alunos aprovados nos vestibulares da ESAG de acordo com o estado civil



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE



### 3. IDADE

No tocante à faixa etária dos aprovados no vestibular da ESAG, verificou-se que nos dois períodos analisados predominam candidatos com até 18 anos à época da inscrição, conforme mostram os dados da tabela n° 03 abaixo.

Em 1987, 57,9% dos candidatos tinham até 18 anos de idade, percentual que sobe para 81,0% em 1991. Em 1987 verificou-se a mais baixa concentração de candidatos na faixa acima de 30 anos. Já em 1991 não houve candidatos aprovados nesta faixa etária, sendo que nas de até 21 anos verificou-se um percentual acumulado de 97,7%.

Tabela n° 03:

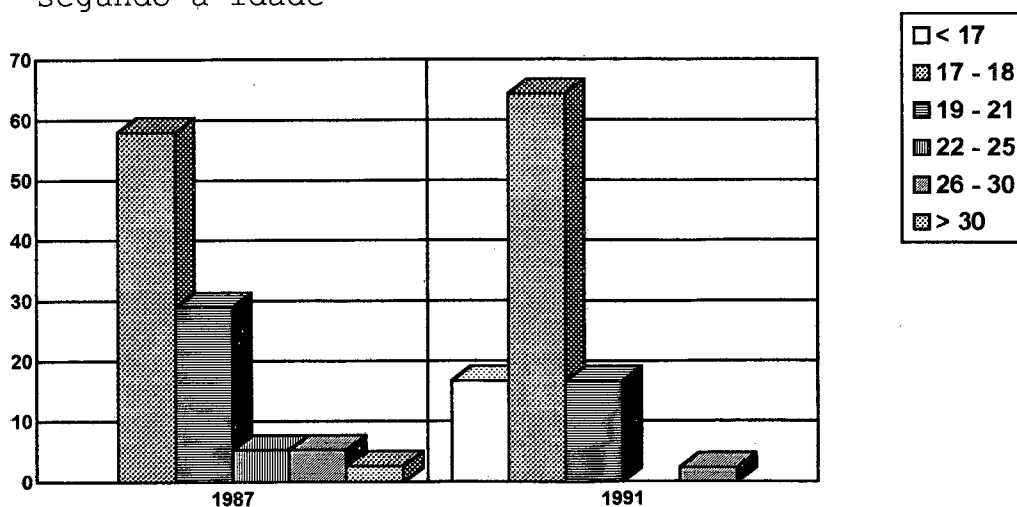
Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a idade

IDADE	1987	1991
Menos de 17	-	16,7
17 - 18	57,9	64,3
19 - 21	28,9	16,7
22 - 25	5,3	-
26 - 30	5,3	2,3
Mais de 30	2,6	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°03:

Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a idade



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

#### 4. FORMAÇÃO NO 2º GRAU

A análise dos dados, relativos à escola de 2º grau cursada pelos alunos que ingressaram na ESAG nos dois períodos em questão, demonstrou que, em 1987, 42% dos candidatos haviam frequentado escolas com cursos de formação geral e profissional, enquanto 58% provinham de escolas voltadas à preparação para o vestibular. No ano de 1991, por sua vez, estes percentuais sofreram uma pequena variação, passando a 49,0% e 51,0%, respectivamente, conforme demonstram os dados da tabela nº 04 a seguir.

Tabela nº 04:

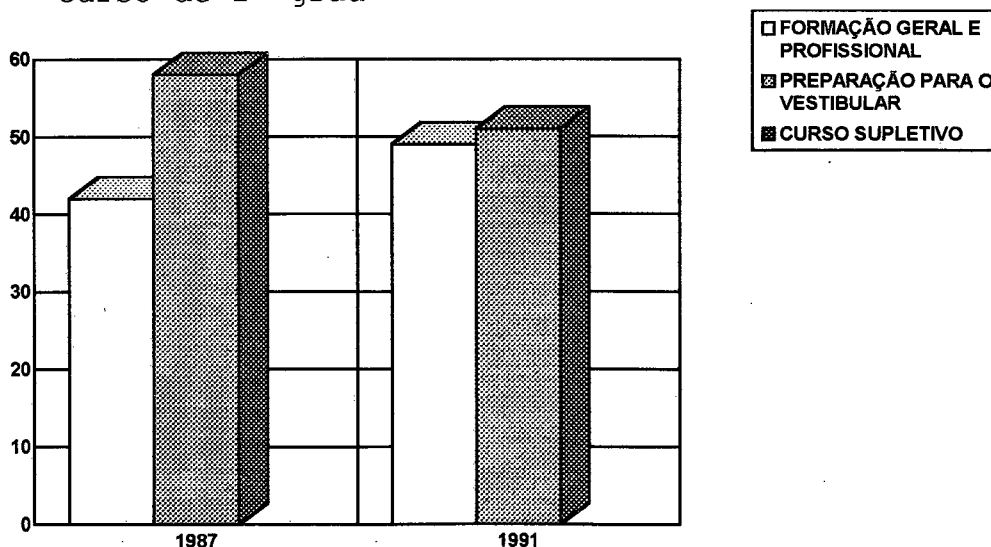
Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a ênfase da escola no curso de 2º grau

TIPO DE ESCOLA	1987	1991
Formação geral e profissional	42,0	49,0
Preparação para o vestibular	58,0	51,0
Curso supletivo	-	-
TOTAL	100,0	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico nº04:

Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a ênfase da escola no curso de 2º grau



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

## 5. CARACTERÍSTICAS DA INSTITUIÇÃO

A análise dos dados relacionados com a dependência administrativa das escolas de 2º grau freqüentadas pelos candidatos aprovados nos concursos vestibulares da ESAG indicou que, nos dois períodos em exame, a maioria proveio de estabelecimentos particulares.

Em 1987 este percentual foi de 78,7%, tendo sido ainda mais expressivo em 1991, quando aumentou para 81,0%. A participação de alunos oriundos de escolas públicas, por sua vez, foi de, respectivamente, 21,3% e 18,9%, conforme indicam os dados da tabela nº 05 abaixo.

Tabela nº 05:

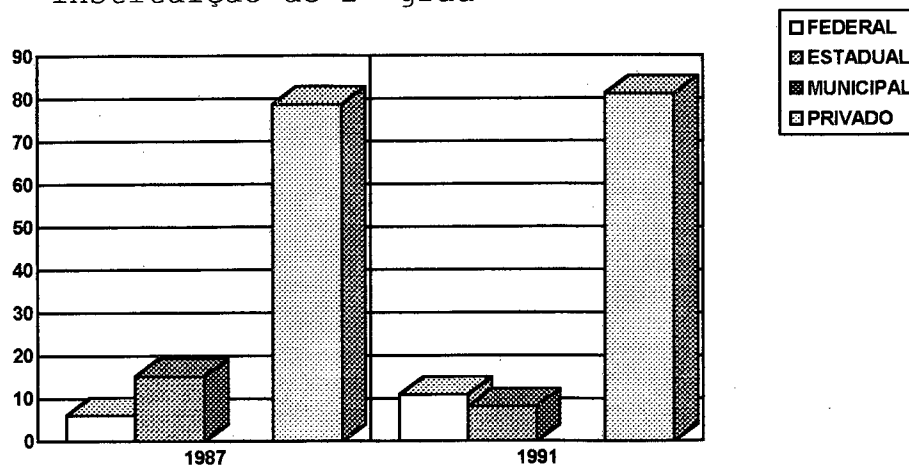
Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a dependência administrativa da instituição de 2º grau

Característica da Instituição	1987	1991
Federal	6,1	10,8
Estadual	15,2	8,1
Municipal	-	-
Privado	78,7	81,1
Total	100,00	100,00

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfica nº05:

Distribuição percentual dos candidatos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a dependência administrativa da instituição de 2º grau



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

## 6. PREPARAÇÃO PARA O VESTIBULAR

Com relação à preparação específica para o concurso vestibular, verificou-se que, em 1987, 87,9% dos candidatos aprovados na ESAG haviam cursado os denominados "cursos pré-vestibulares", percentual que caiu para 81,1% em 1991, conforme mostra a tabela n° 06 a seguir.

No ano de 1991, por sua vez, dos trinta candidatos que frequentaram cursinhos, 60,0% o fizeram por um período de 2 a 6 meses e 23,3% de 6 a 12 meses.

Tabela n° 06:

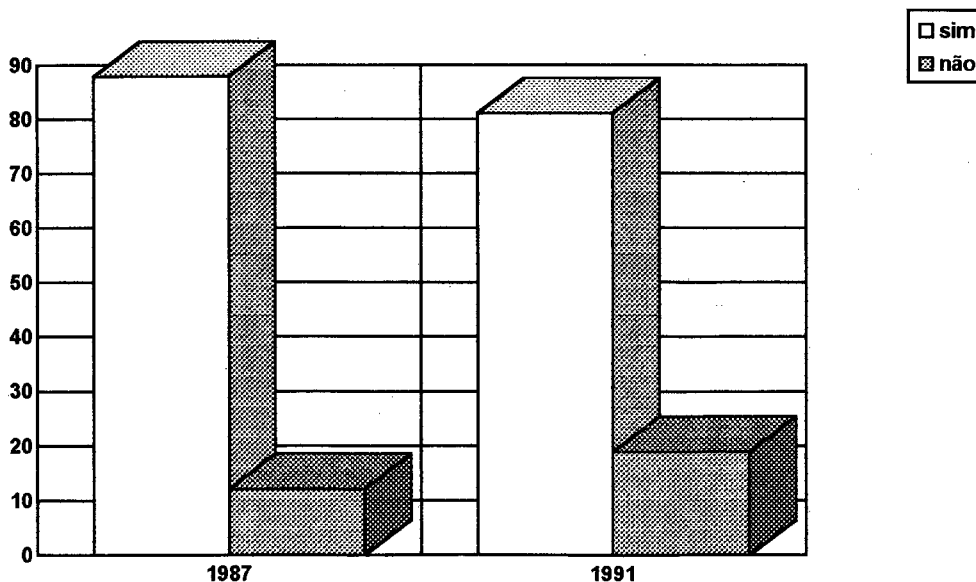
Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a preparação através do cursinho

ANO	1987	1991
Sim	87,9	81,1
Não	12,1	18,9
Total	100,0	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°06:

Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a preparação através do cursinho



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

## 7. OCUPAÇÃO PRINCIPAL DO PAI

A pesquisa evidenciou que, em 1987, 28,1% dos candidatos aprovados eram filhos de profissionais liberais ou de outros profissionais sem vínculo empregatício, seguindo-se aqueles cujos pais eram proprietários de médias empresas ( 21,9% ), perfazendo 50,0% do total de respondentes.

Em 1991, por sua vez, este perfil se alterou, para 35,1% dos aprovados sendo filhos de servidores públicos e 29,7% de profissionais liberais ou demais profissionais sem vínculo empregatício, representando 64,8% dos representantes.

Verificou-se ainda que, enquanto 21,9% dos aprovados em 1987 eram filhos de proprietários de médias ou pequenas empresas, este percentual caiu para 8,1% em 1991, conforme mostram os dados da tabela n° 07 a seguir.

Tabela n° 07:

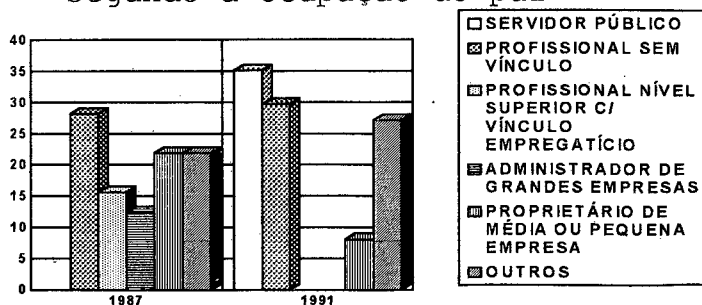
Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a ocupação do pai

OCUPAÇÃO	1987	1991
Servidor Público	-	35,1
Profissional sem vínculo	28,1	29,7
Profissional nível superior c/ vínculo empregatício	15,6	-
Administrador de grandes empresas	12,5	-
Proprietário de média ou pequena empresa	21,9	8,1
Outros	21,9	27,1
Total	100,0	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°07:

Distribuição percentual dos aprovados nos vestibulares da ESAG, segundo a ocupação do pai



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

## 8. TURNO DOS ESTUDOS DE 2° GRAU - 1987

Os dados coletados indicam que a totalidade dos respondentes frequentou a maior parte do 2° grau em cursos diurnos, conforme demonstra a tabela n° 08 abaixo.

Tabela n° 08:

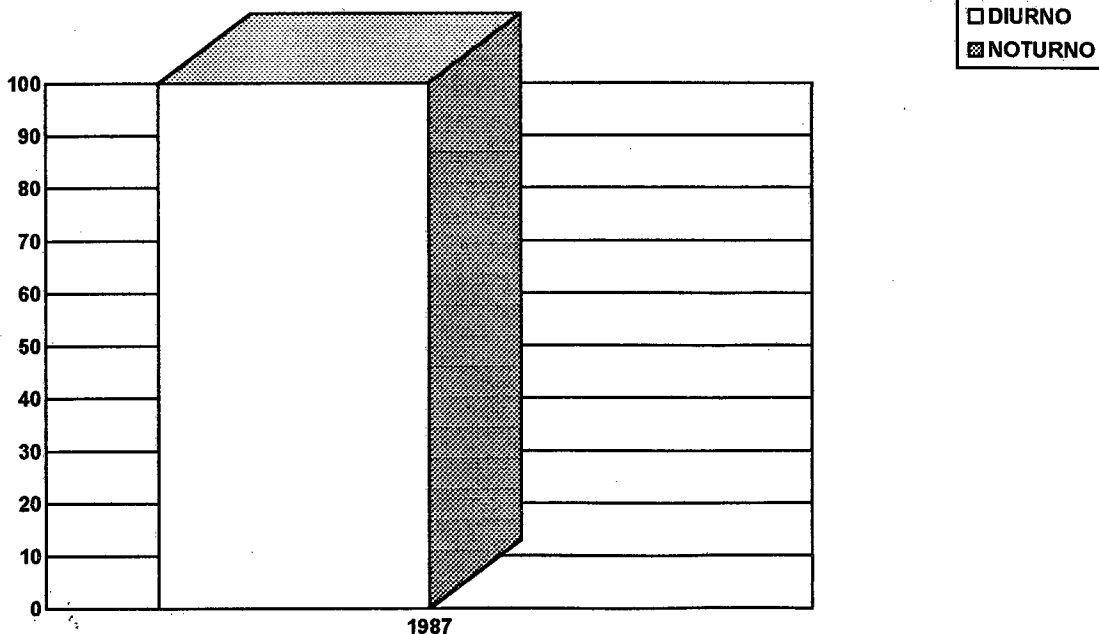
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o turno dos estudos de 2° grau

Turno	1987
Diurno	100,0
Noturno	-
Total	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°08:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o turno dos estudos de 2° grau



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

## 9. ESTADO DE ORIGEM - 1987

No tocante ao estado onde passaram a maior parte de sua vida, verificou-se que expressivo percentual dos aprovados no vestibular da ESAG em 1987 (81,8%) provém de Santa Catarina, conforme dados apresentados na tabela n° 09 a seguir.

Tabela n° 09:

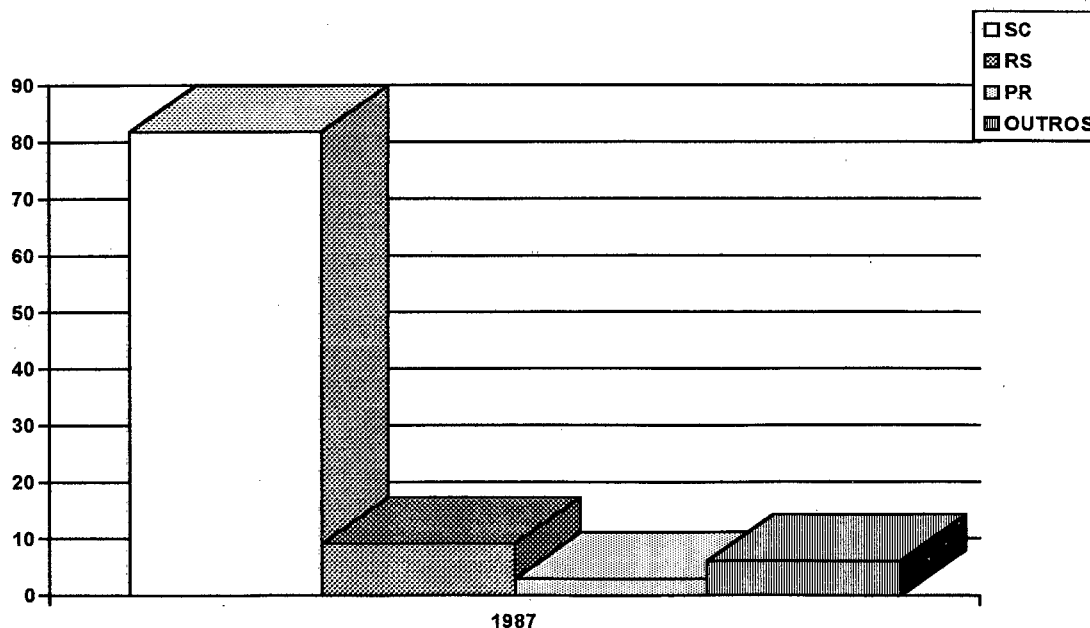
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o estado de origem

Estado de origem	% de aprovados
SC	81,8
RS	9,1
PR	3,0
Outros	6,1
Total	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°09:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o estado de origem



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

#### 10. TIPO DE COMUNIDADE - 1987

Com base nos dados coletados, verificou-se que 96,9% dos aprovados no vestibular/87 passaram a maior parte de sua vida em zonas urbanas e apenas 3,1% em zonas rurais, conforme indicado na tabela n° 10 abaixo.

Tabela n° 10:

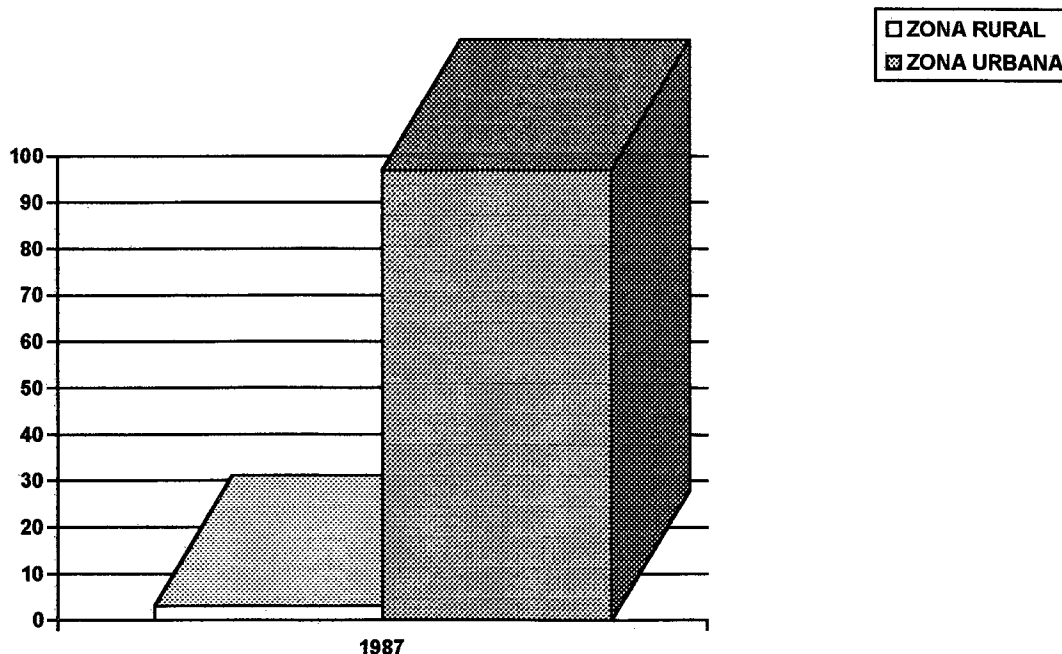
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87, segundo a comunidade de origem

COMUNIDADE DE ORIGEM	% de APROVADOS
Zona Rural	3,1
Zona Urbana	96,9
Total	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°10:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo a comunidade de origem



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE



11. GRAU DE INSTRUÇÃO DOS PAIS - 1987

Os dados relativos ao nível de instrução dos progenitores indicam que 72,7% dos pais e 62,5% das mães possuíam escolaridade igual ou superior ao 2º grau completo, sendo que 63,6% dos pais e 18,8% das mães haviam completado o curso superior, conforme demonstram os dados da tabela nº 11 a seguir:

Tabela nº 11:

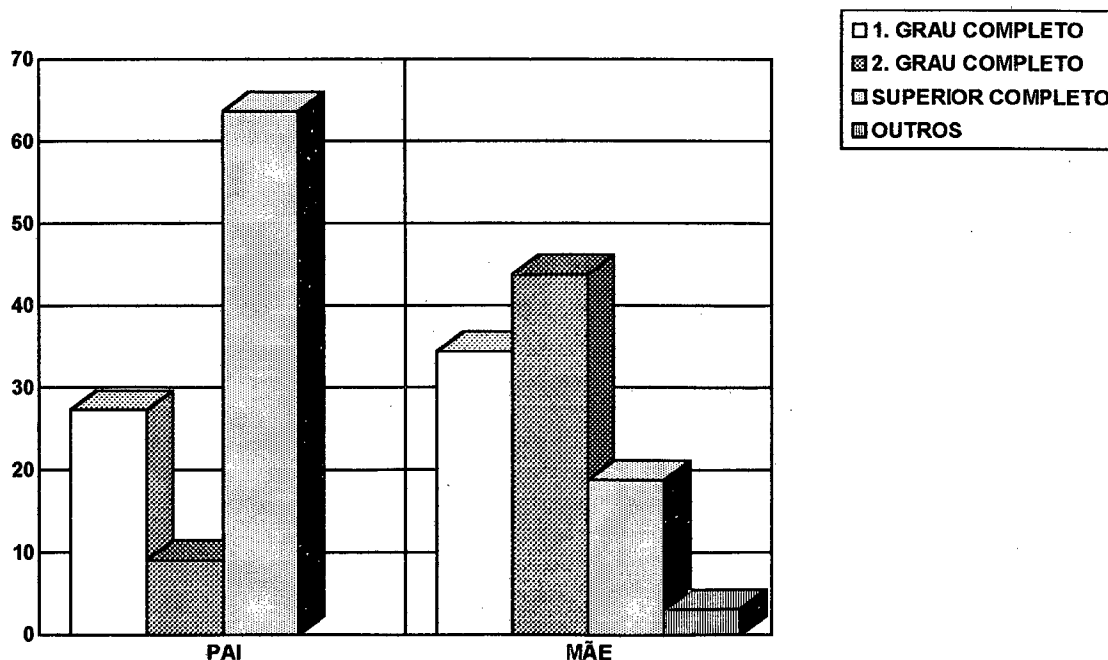
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o grau de instrução dos pais

GRAU DE INSTRUÇÃO	PAI	MÃE
1º Grau completo	27,3	34,4
2º Grau completo	9,1	43,7
Superior completo	63,6	18,8
Outros	-	3,1
Total	100,0	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico nº11:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/87 da ESAG, segundo o grau de instrução dos pais



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

## 12. N° DE VESTIBULARES - 1991

Os dados coletados indicam que 40,6% dos aprovados em 1991 prestaram o vestibular pela primeira vez, enquanto 32,4% já o haviam feito uma vez anteriormente e 16,2% duas vezes, conforme comprovam os dados da tabela n° 12 a seguir:

Tabela n° 12:

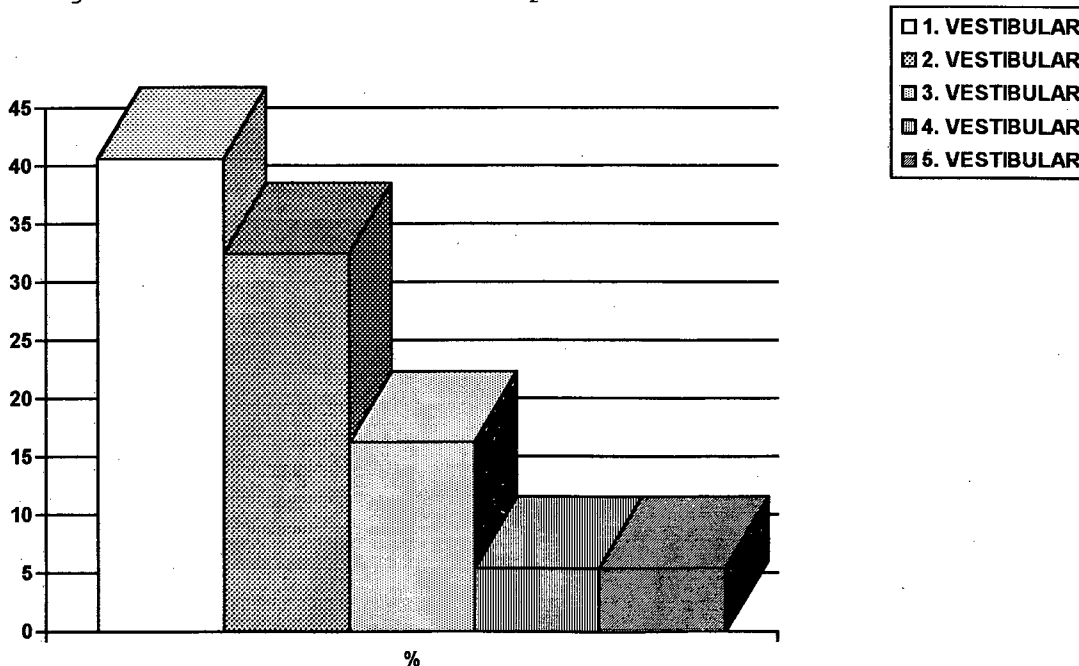
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo o n° de concursos prestados

N° DE VESTIBULARES	%
1° Vestibular	40,6
2° Vestibular	32,4
3° Vestibular	16,2
4° Vestibular	5,4
5° Vestibular	5,4
Total	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°12:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo o n° de concursos prestados



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

### 13. OUTROS CURSOS SUPERIORES - 1991

Conforme indicam os dados da tabela n° 13, expressivo percentual dos aprovados em 1991 (81,1%) iniciava um curso superior pela primeira vez, enquanto 16,2% informaram que já estavam frequentando outro curso e apenas 2,7% já haviam concluído outro curso superior.

Tabela n° 13:

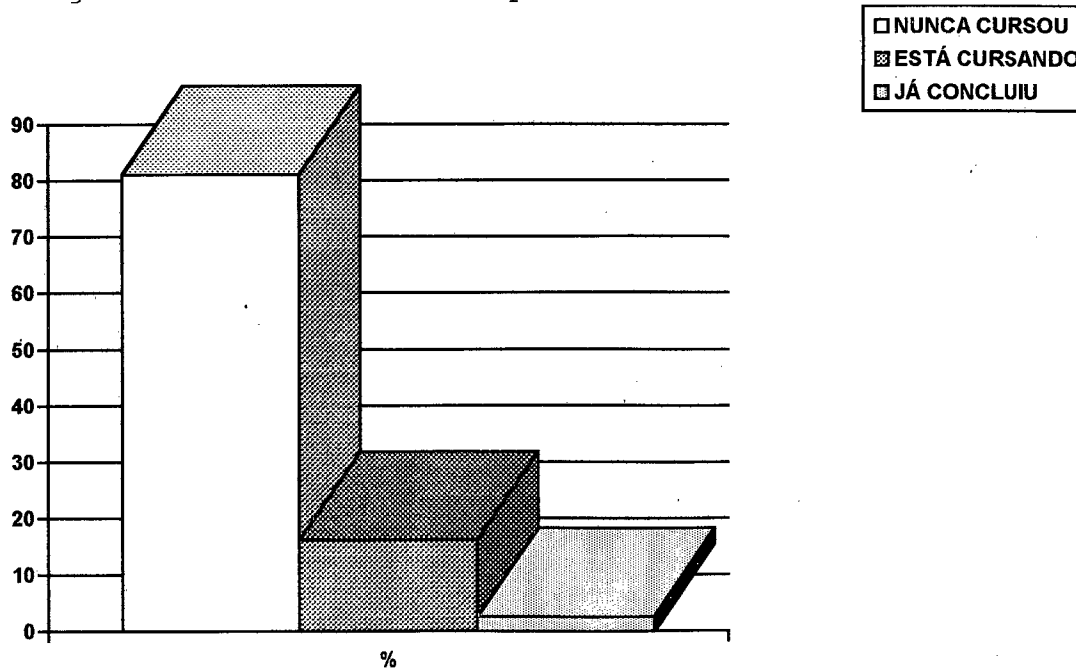
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo o n° de cursos superiores em andamento e/ou concluídos

OUTROS CURSOS	% DE APROVADOS
Nunca cursou	81,1
Está cursando	16,2
Já concluiu	2,7
Total	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°13

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo o n° de cursos superiores em andamento e/ou concluídos



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

14. INFLUÊNCIA PARA A OPÇÃO - 1991

No tocante à influência recebida pelos candidatos para a escolha da opção, verificou-se que o fator que apresentou a maior incidência foi o interesse e a aptidão dos alunos para o curso (51,4%), seguindo-se os candidatos que informaram não ter sofrido qualquer influência (29,7%), conforme demonstram os dados da tabela n° 14 a seguir:

Tabela n° 14:

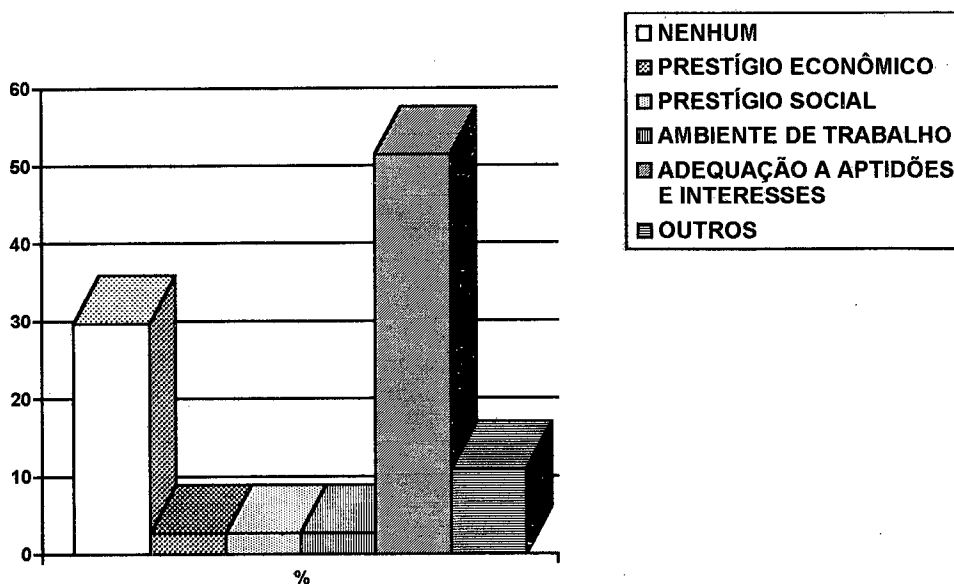
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a influência para a escolha da opção

FATOR DE INFLUÊNCIA	%
Nenhum	29,7
Prestígio econômico	2,7
Prestígio social	2,7
Ambiente de trabalho	2,7
Adequação a aptidões e interesses	51,4
Outros	10,8
Total	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°14:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a influência para a escolha da opção



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

15. EXPECTATIVA NO CURSO - 1991

Por outro lado, e de acordo com os dados da tabela nº 15, verificou-se que 64,9% dos aprovados buscavam, através do curso superior, uma formação profissional voltada para o futuro, enquanto 24,3% deles esperava um aumento de conhecimento e de cultura geral. Constatou-se que poucos aprovados candidataram-se ao curso superior com a expectativa de melhorar sua situação profissional ou buscando uma formação teórica voltada para pesquisa - 2,7% para cada uma destas alternativas.

Tabela nº 15:

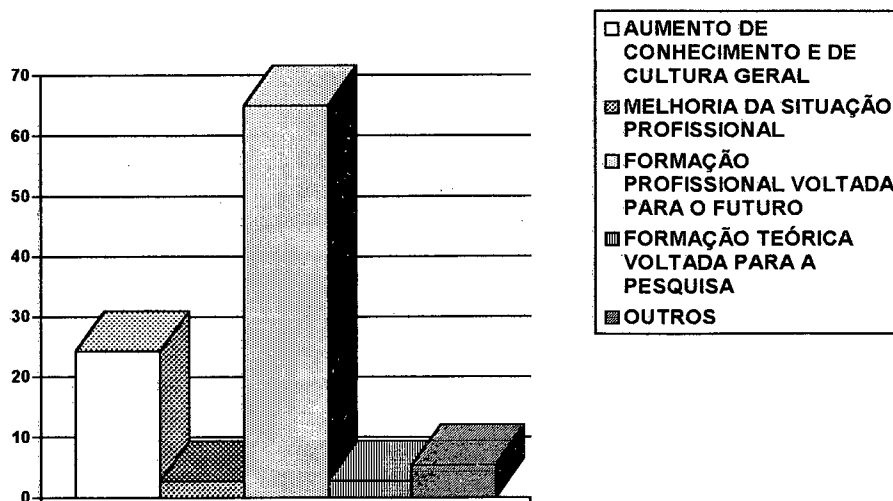
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a expectativa pelo curso superior

EXPECTATIVA	%
Aumento de conhecimento e de cultura geral	24,3
Melhoria da situação profissional	2,7
Formação profissional voltada p/ o futuro	64,9
Formação teórica voltada para a pesquisa	2,7
Outros	5,4
Total	100,0

Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico nº15:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a expectativa pelo curso superior



Fonte: NPD/UFSC/ACAFE

16. RENDA FAMILIAR - 1991

Os dados coletados indicaram maior concentração de aprovados na faixa de renda familiar acima de 30 salários-mínimos mensais (29,7%), seguindo-se os candidatos cuja renda familiar situa-se entre 10 e 20 salários (24,4%), sendo que estas duas faixas totalizaram 54,1% dos aprovados. Por outro lado, constatou-se que 73% dos aprovados situam-se na faixa de renda familiar acima de 10 salários-mínimos, conforme indicam os dados constantes na tabela n° 16 a seguir.

Tabela n° 16:

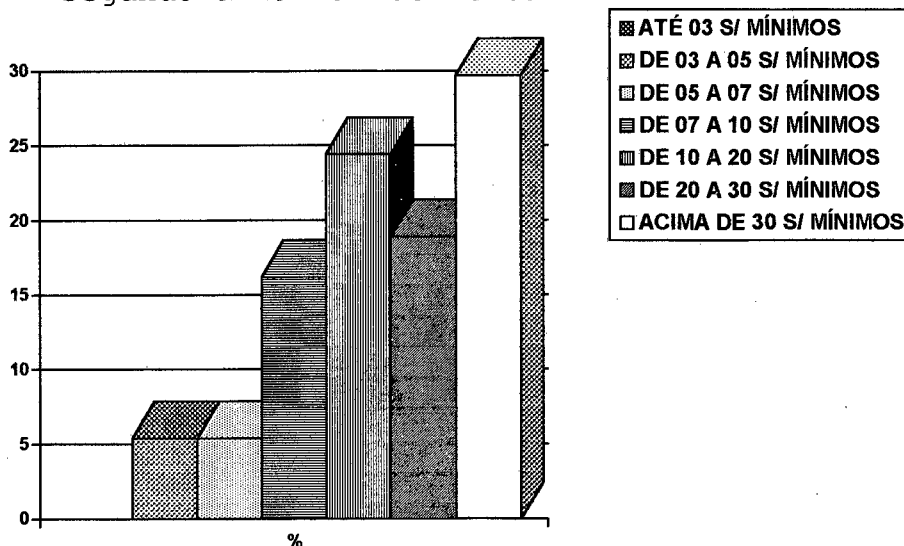
Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a faixa de renda familiar

RENDA FAMILIAR	%
Até 03 s/ mínimos	-
De 03 a 05 s/ mínimos	5,4
De 05 a 07 s/ mínimos	5,4
De 07 a 10 s/ mínimos	16,2
De 10 a 20 s/ mínimos	24,4
De 20 a 30 s/ mínimos	18,9
Acima de 30 s/ mínimos	29,7
Total	100,0

Fonte NPD/UFSC/ACAFE

Gráfico n°16:

Distribuição percentual dos aprovados no vestibular/91 da ESAG, segundo a faixa de renda familiar



Fonte NPD/UFSC/ACAFE

#### 4.2. - ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O PERFIL, O NÚMERO DE PONTOS OBTIDOS E O DESEMPENHO NO 1º SEMESTRE

Objetivando verificar a relação entre os fatores que caracterizam o perfil dos candidatos aprovados nos concursos vestibulares da ESAG, nos anos de 1987 e 1991, e o número de pontos obtidos em cada uma de suas provas e o desempenho no primeiro semestre letivo, aplicou-se a técnica estatística denominada de regressão.

Neste sentido, as variáveis dependentes consideradas foram os totais de pontos parciais (por prova ou disciplina) obtidos pelos candidatos aprovados nos referidos vestibulares, bem como as médias finais relativas às disciplinas por eles cursadas no primeiro semestre letivo daqueles anos (sociologia aplicada à administração, teoria geral da administração, matemática, introdução a processamento de dados e teoria econômica I).

Como variáveis explicativas (independentes) foram utilizados os fatores que descrevem o perfil dos alunos. Dadas as características dos questionários sócio-econômicos dos dois períodos pesquisados, através dos quais foi feita a coleta dos dados, foram

considerados na presente análise aqueles fatores para os quais foi possível obter as informações relativas a ambos, quais sejam:

- ocupação do pai ou responsável (var 03)
- curso de formação do 2º grau (var 05)
- característica da instituição (var 06)
- sexo (var 08)
- idade (var 09)

A análise de regressão resultou nos modelos apresentados em Anexo, através das tabelas de números 17 a 44.

As tabelas de números 17 a 25, relativas ao ano de 1987, e de números 31 a 39, relativas ao ano de 1991, contêm os modelos relativos aos pontos obtidos nas diferentes provas dos concursos vestibulares, enquanto as tabelas de números 26 a 30, relativas ao ano de 1987, e 39 a 44, relativas ao ano de 1991, referem-se ao desempenho dos aprovados nas disciplinas do primeiro semestre letivo.



#### 4.2.1. - Relação entre o Perfil dos Candidatos Aprovados nos Vestibulares de 1987 e 1991 e o Total de Pontos Obtidos em Cada Prova

Os modelos obtidos a partir da análise de regressão, relativa aos pontos obtidos pelos aprovados nas diferentes provas dos concursos vestibulares de 1987 e 1991, indicam que o fator idade é o que apresenta o melhor poder explicativo para o comportamento da variável dependente, permitindo aceitar uma forte relação entre a idade dos aprovados e o desempenho no vestibular, dado o valor da estatística "t" (entre 3,9658 e 10,9122) e o nível de significância abaixo de 5%, observados em todas as provas nos dois períodos pesquisados.

Cabe destacar que esse fator apresentou um coeficiente positivo, levando a crer que os candidatos mais velhos tendem a apresentar melhor desempenho, do que os mais novos.

O fator sexo apresentou, igualmente, um forte poder explicativo, em relação ao total de pontos obtidos na maioria das provas, e seu coeficiente, também positivo, indica que as candidatas do sexo feminino tendem a apresentar melhor desempenho.

O resultado dos testes referentes aos pontos obtidos nas provas de português, língua estrangeira e história, do vestibular de 1987, indicaram uma influência significativa do fator característica da instituição . O sinal positivo do coeficiente, por sua vez, sugere uma tendência a aceitar que os candidatos provenientes de escolas particulares obtiveram um total de pontos superior ao daqueles oriundos de escolas públicas.

Outro fator que também apresentou considerável poder explicativo foi a ocupação do pai ou responsável , embora o teste tenha apresentado esta evidência apenas nas provas de português e física. O coeficiente negativo obtido, por sua vez, permite supor que filhos de profissionais liberais, empresários, funcionários públicos e profissionais autônomos obtiveram pontuações mais altas nessas provas.

Para o fator curso de formação do 2º grau , por outro lado, não houve evidência de relação com os pontos obtidos pelos aprovados nos vestibulares de 1987, a não ser na prova de física.

No vestibular de 1991 verificaram-se algumas mudanças no comportamento das variáveis analisadas. Os

resultados da análise de regressão apresentam indícios de que, à exceção do fator idade, já referido, fatores diferentes do perfil explicam o comportamento da variável dependente. Naquele ano, o modelo de regressão obtido permite aceitar uma relação entre a característica da instituição e o número de pontos obtidos em cerca de 70% das provas, considerando-se os valores da estatística "t" (entre 1,7476 e 4,7879), bem como os níveis de significância abaixo de 5%.

Nas provas de história, OSPB, biologia e geografia daquele ano, também houve indícios de uma relação significativa entre a formação de 2º grau e o total de pontos obtidos.

Com relação a estes dois últimos fatores, cabe destacar que ambos apresentam coeficientes positivos, o que confirma a suposição inicial de que alunos de cursos regulares, geralmente, apresentam desempenho melhor nos vestibulares. Com relação à ocupação do pai ou responsável, o teste não apresentou os mesmos resultados ocorridos no ano de 1987. Tais resultados, no entanto, podem ser atribuídos ao provável efeito de outras variáveis intervenientes, não consideradas na pesquisa em questão, ou mesmo à interação das demais variáveis, cujo efeito pode não se manifestar em análise de conjunto.

Ainda com base nos dados fornecidos pelo modelo, o fator sexo apresentou indícios de relação com a variável dependente apenas na prova de português.

Destaca-se, finalmente, que os coeficientes de determinação dos modelos obtidos, relativamente aos exames vestibulares de 1987 e 1991, variam entre 0,9750 e 0,9940, permitindo aceitar que entre 97,5% e 99,4% da variabilidade ocorrida no número de pontos obtidos nas diversas provas pelos candidatos aprovados pode ser atribuída aos fatores analisados.

#### **4.2.2. - Relação entre o Perfil dos Candidatos Aprovados nos Vestibulares de 1987 e 1991, e seu Desempenho no 1º Semestre Letivo**

A análise de regressão relativa aos dados referentes ao desempenho dos candidatos aprovados nos vestibulares de 1987 e 1991, a exemplo do que ocorreu com o total de pontos por eles obtidos nos vestibulares, também apontou o fator idade como aquele que possui o melhor poder explicativo para o comportamento desta variável. Dados os valores da estatística "t" (entre 3,2986 e 7,7721) e os níveis de significância verificados para cada uma

das disciplinas que compõem o primeiro semestre letivo, há fortes indícios de que haja relação efetiva entre o fator idade e o desempenho no referido semestre daqueles dois períodos. O sinal positivo dos coeficientes, por outro lado, demonstra que este desempenho foi tanto melhor, quanto mais velhos os candidatos aprovados.

Quanto aos demais fatores, todavia, os testes apontaram diferenças, não apenas no tocante aos dados relativos aos pontos obtidos no vestibular, conforme apresentado no capítulo 4.2.1, como também entre os resultados apurados para os dois anos pesquisados.

Em 1987, os dados apontaram uma relação entre o fator sexo e o desempenho nas disciplinas Teoria Geral da Administração, Teoria Econômica e Sociologia Aplicada à Administração, para as quais foram obtidos valores de "t" iguais a 4,2835, 2,2609, e 2,1837 e níveis de significância de 0,0003, 0,0345 e 0,0405, respectivamente.

Para o fator característica da instituição, por sua vez, os resultados da análise parecem indicar relação apenas com as duas últimas disciplinas acima (nível de significância de 0,0084 e 0,0158 e estatística "t" igual a 2,9079 e 2,6262, respectivamente).

Os coeficientes positivos destes dois fatores levam ainda a crer que os alunos do sexo feminino e os oriundos de escolas particulares tendem a apresentar um desempenho melhor que os demais.

Em 1991, no entanto, os dados indicaram que o fator característica da instituição possui algum poder explicativo sobre a variável dependente apenas nas disciplinas Sociologia Aplicada à Administração e Introdução ao Processamento de Dados (valores de "t" iguais a 3,0199 e 2,2650, com níveis de significância de 0,0061 e 0,0332, respectivamente).

A partir dos dados coletados e com base nos resultados dos testes aplicados, não há indícios de relação entre os demais fatores e o desempenho dos alunos nas diferentes disciplinas do 1º semestre letivo.

#### **4.3. SÍNTESE E INTERPRETAÇÃO DOS ACHADOS DA PESQUISA**

Nesse tópico, verifica-se de modo descritivo se existem ou não similaridades dos fundamentos teóricos discutidos pelos autores pesquisados em relação ao perfil dos alunos aprovados no vestibular da ESAG nos anos de 1987 e 1991.

As variáveis analisadas foram: idade, formação no 2º grau, dependência administrativa, preparação para o vestibular - se realizou ou não cursinho, turno dos estudos em que realizou o 2º grau, grau de instrução e nível sócio-econômico dos pais.

Os dados constantes nas Tabelas 2 e 3 mostram que a variável idade pode estar associada à variável estado civil dos alunos aprovados no Curso de Administração da ESAG. Isto porque 57,9% dos aprovados em 1987 e 64,3% em 1991 apresentavam idade na faixa dos 17 e 18 anos. Esses percentuais explicam a predominância do estado civil solteiro dos alunos que ingressaram nos anos de 1987 e 1991 (94% e 100%, respectivamente).

Os resultados obtidos reforçam o que Forracchi (1977) diz a respeito do vínculo do estudante com sua família. Para a autora, os vínculos de dependência expressam-se sob a forma de comportamentos, atitudes e valores constituindo-se em verdadeiros mecanismos de dominação dos jovens por parte da família, visando assegurar, através do ingresso na universidade, sua ascensão social.

Esta ascensão social, de certo modo, é justificada pela expectativa dos alunos aprovados em 1991 demonstrada em relação ao curso: 64,9% dos aprovados buscavam, através do curso superior, uma formação profissional voltada para o futuro, e 24,3%, o aumento de conhecimento e de cultura geral. (Tabela 15)

Apenas 2,7% se interessavam pelo curso como forma de melhorar a sua situação profissional.

É certo ainda, para a autora, que a dependência está diretamente relacionada com a variável idade, pois quanto menor é a idade do estudante, maior é a dependência da família, principalmente quando se leva em consideração a renda familiar dos alunos aprovados.

O nível sócio-econômico dos alunos aprovados no vestibular da ESAG, no ano de 1991 (Tabela 16), pode ser considerado superior a outros cursos, como por exemplo, dos ingressos no curso de pedagogia, letras, serviço social e de biblioteconomia, haja visto que 29,7% dos alunos aprovados procedem de famílias com renda superior a 30 salários mínimos e 18,9% de famílias com renda entre 20 e 30 salários mínimos.



Esses resultados comprovam o que certos autores dizem acerca da influência que o nível sócio-econômico exerce no ingresso no ensino superior no Brasil, principalmente nos cursos de alta demanda, como é o caso do Curso de Administração da ESAG.

Vahl (1980,p.80) afirma que "é indiscutível a influência do fator sócio-econômico no acesso aos cursos de nível superior no Brasil, embora não se queira reconhecê-la e, às vezes, até se fale em democratização, ou deselitização do ensino superior". Ainda para o autor, "o ensino superior no Brasil é ainda muito elitista e só uma minoria pode ter acesso a ele".

Para Guimarães (1984), as oportunidades de êxito são distribuídas igualitariamente para todos, e o exame não faz outra coisa senão premiar os já vencedores na escala dos privilégios econômicos e sociais.

Na mesma linha de raciocínio, Oliven (1990, p.66) afirma que "o caráter elitista da universidade brasileira agrava-se com o papel desempenhado pelo vestibular, ou seja, por ter critério único de seleção e alocação dos estudantes para os cursos oferecidos pelas universidades".

Rossato (1988, p. 263), ao tratar do acesso nas Universidades Públicas, observou que "o acesso às universidades públicas, dentro desta ótica, seria portanto um privilégio das classes dominantes e daqueles que têm maior poder aquisitivo".

É oportuno ressaltar os resultados de pesquisas realizadas pela UFSC em 1990, onde 17,6% dos acadêmicos provinham de famílias cuja renda familiar variava de CR\$ 20 mil a CR\$ 100 mil cruzeiros, enquanto em 33,1% dos casos a renda familiar média era de CR\$ 301 mil cruzeiros.

O que se pode dizer é que a renda familiar influência no acesso à universidade. Segundo Guimarães (1984, p. 40), "todos nós sabemos que o perfil de estratificação da sociedade brasileira se reflete no quadro de acesso à escolaridade da população". Assim, não apenas o grupo dos menos favorecidos na escala social, com pai em ocupação de níveis médio e baixo, mas também os candidatos com pais assalariados de nível alto, estariam sendo afetados em sua decisão de concorrer ao vestibular. O único grupo não atingido é, portanto, dos estudantes com pai empregador, ou seja, formado por aqueles no topo da pirâmide social.

Dessa forma, Gouvea (1986) acrescenta que a triagem já se faz, em grande parte, no ensino médio, onde se verifica a correlação entre a origem sócio-econômico e o ramo de ensino que o estudante freqüentou.

Assim, outro fator que também favorece o elitismo no acesso a universidade é o cursinho. Além do nível sócio-econômico da família, o cursinho também exerce influência direta na aprovação do vestibular.

Em 1987 e em 1991, 87% e 81% respectivamente, dos aprovados no vestibular da ESAG tinham realizado cursinhos pré-vestibulares. Além disso, 58% dos aprovados em 1987 e 51% em 1991 são procedentes de escolas de 2º grau com preparação para o vestibular.

A influência é comprovada no momento em que se observam os dados constantes no relatório da UFSC de 1979. É flagrante a superioridade dos candidatos que freqüentaram cursos pré-vestibulares.

Com efeito, Sucupira (1978) afirma que o êxito dos cursinhos, onde se adquire a técnica de vencer o vestibular, é a prova insofismável da insuficiência da formação secundária.

Trata-se, para o autor, de um treinamento supletivo já que o aluno, ao longo do 2º grau abandona as disciplinas mais importantes para a sua formação e dedica-se a duas ou três disciplinas exigidas no vestibular.

Na visão de Chagas (1980, p. 30), "da deformação da escola média, chega-se a diferenciação do aluno, tornando-o, em muitos casos, irrecuperável para autênticos trabalhos universitários".

Na verdade, a reforma do ensino primário e secundário deu ao 2º grau características profissionalizantes. Como consequência, ocorreu em massa a proliferação dos cursinhos, que se multiplicaram em progressão geométrica.

Os candidatos aos cursos universitários de alta demanda, como verificado na ESAG, procuram freqüentar os cursinhos em busca de uma preparação exclusivamente dirigida para o concurso vestibular, o que, geralmente, não ocorre no ensino convencional.

Para Rossato (1988), a proliferação dos cursinhos pré-vestibulares contribui para estabelecer uma seletividade econômica e não uma escolha dos mais capazes no exame vestibular.

Vahl (1980) comenta ainda que os cursinhos preparatórios para exames vestibulares são freqüentados quase exclusivamente por descendentes de famílias detentoras de sólida base financeira. As profissões nobres têm suas vagas quase exclusivamente preenchidas por estudantes das camadas mais altas da sociedade, como constatado no presente estudo, quando se observa o nível sócio-econômico da família dos aprovados no vestibular (Tabela 16).

Milioli (1990, p. 35) comenta que as classes sociais mais altas dirigem-se às instituições gratuitas, enquanto que às camadas de mais baixa renda resta a alternativa do ensino pago.

Ocorre, segundo a autora, que o acesso das classes mais baixas se dá em instituições pagas e nas carreiras que mais rapidamente se desprestigiam, onde, por conseqüência, é mais difícil conseguir empregos e onde a média da remuneração é mais baixa.

Em outras palavras, os novos universitários de baixa renda ou que precisam trabalhar somente conseguem atingir carreiras que eles próprios consideram menos desejáveis.

Além dos cursos pré-vestibulares, outro fator de elitização do acesso à universidade é levantado por Oliveira (1976) em sua pesquisa "Urbanização e o Acesso ao Ensino Superior".

Dos alunos aprovados no vestibular da ESAG em 1987, observa-se que 96,9% são procedentes de comunidade urbana e apenas 3,1% de comunidade rural.

Dessa forma, os resultados obtidos confirmam os argumentos de Oliveira (1977) quando comenta que a urbanização é um dos fatores condicionantes da chance de os indivíduos se apresentarem ao vestibular do CEECEM que, uma vez candidatos, acabam sendo bem sucedidos nas provas a que submeteram. Afirma ainda que o efeito da urbanização sobre a procura do vestibular é maior do que o desempenho dos candidatos.

Vale ressaltar que as considerações feitas por Oliveira se baseiam em dados do acesso ao nível superior do ensino, ao qual se apresenta uma população já amplamente selecionada do ponto de vista social e cultural.

Assim, percebe-se que o perfil dos alunos aprovados no vestibular da ESAG, no que concerne às variáveis

"nível sócio-econômico", "tipo de comunidade", "idade" e a "frequência a cursos pré-vestibulares" favoreceu a realização do curso de 2º grau em escolas privadas e não em escolas públicas.

Dos aprovados em 1987, 78% são procedentes de escolas privadas, confirmando o resultado de pesquisa realizada pela UFSC em 1990. Os resultados mostram que 72,7% dos universitários da UFSC realizaram o 2º grau em escolas particulares.

Sobre este fator, Guimarães (1984, p. 45) ainda afirma que:

"...no caso da CESGRANRIO, é maior a capacidade da escola privada de colocar seus alunos na universidade, e maior ainda é a sua participação no curso, onde é responsável pela formação de cerca de 60% dos alunos que se inscreveram no vestibular. No caso da FUVEST, em 1980, 46,1% dos classificados fizeram o 2º grau em escolas particulares".

Por sua vez, os resultados do presente estudo, no que se refere ao tipo de escola cursada no 2º grau, não coincidem com os achados de pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará.

De acordo com os resultados de pesquisa da UFPA, o tipo de escola de 2º grau cursado não tem sido

determinante para o ingresso na universidade, haja visto que 50,6% dos universitários são procedentes de escolas públicas.

Na mesma linha de raciocínio, Rossato (1988, p. 268), em trabalho realizado no período 82/88, a respeito de quem realmente estuda em universidades públicas, conclui que:

"a maioria dos estudantes que ingressam na universidade provém de escolas públicas. Em 1982, os estudantes que fizeram o 2º grau em escolas públicas representaram 58,2% passando para 62,3% em 1987 e 61,2% em 1988..."

Em relação aos resultados dos estudos realizados por Rossato (1988) e pela Universidade Federal do Pará, vale ressaltar os argumentos de Rabello (1974). Para o autor, as tentativas mais generalizadas de classificação dos estudantes em status ou camadas para efeito de estudo baseiam-se no nível ocupacional dos pais, e suas áreas de abrangência se restringem aos níveis local ou regional, o que dificulta a realização de estudos comparativos.

O que se pode afirmar, a partir dos resultados obtidos, é que os alunos aprovados no vestibular da ESAG, nos períodos pesquisado, são procedentes de escolas particulares (78% em 1987 e 81,1% em 1991) e de comunidade urbana (96,9%), por exemplo.



Esses resultados são reforçados no momento em que se leva em conta o grau de instrução dos pais dos alunos aprovados e o turno freqüentado pelos estudantes nas escolas de 2º grau.

Em 1987, por exemplo, 100% dos alunos aprovados no vestibular da ESAG freqüentavam a escola de 2º grau em turno diurno.

Assim, os resultados do presente estudo confirmam o que Guimarães (1984, p. 40) diz a respeito do assunto.

"No caso da CESGRANRIO, se em 1980, os que estudavam em horários diurnos tinham cinco vezes mais chances do que os que estudavam à noite, em 1984 as chances foram apenas duas vezes maiores. No vestibular da FUVEST, em 1983, a capacidade de classificação dos que estudaram a noite foi apenas 1,6% contra 7,9% no caso dos que estudaram de dia (...) Os dados confirmam a importância de dedicação ao estudo e fazem supor que a associação entre baixa renda, necessidade de trabalhar e estudo em horário noturno levaria de fato, à redução das chances de classificar no vestibular".

Além do turno freqüentado no 2º grau, os alunos aprovados em 1987 possuíam pais com níveis de escolaridade equivalente a superior completo, ou seja, 63,6% (Tabela 11).

Essa realidade não se verifica na escolaridade dos pais dos alunos da UNISUL, pois segundo Milioli (1990, p. 39).

"...o baixo nível de escolaridade dos pais dos alunos pesquisados, 8%, em todos os cursos, responderam que pai e/ou mãe eram sem escolaridade; 32,3% possuíam o primeiro grau incompleto; 30,2% o primeiro grau completo. Somente 19,5% responderam pelo segundo grau completo e 10% com o terceiro grau completo..."

Como já ressaltado anteriormente, fica difícil estabelecer comparações quando não se conhece as variáveis analisadas por Milioli (1990). Os dados são genéricos e, pelo que parece, não foram agrupados por curso, candidatos por vagas, turno, dentre outros aspectos.

A análise efetuada evidencia que as variáveis levadas em conta para caracterizar o perfil do aluno aprovado no vestibular da ESAG guardam relação entre si. O nível sócio-econômico, a urbanização e o grau de instrução dos pais permitiram aos alunos aprovados no vestibular da ESAG estudar em escolas particulares, em turno diurno e frequentar cursinhos como forma de assegurar uma vaga na universidade.

Além disso, foi constatada a congruência dos resultados do estudo com alguns dos fundamentos teóricos e empíricos apresentados pelos autores da área pela dificuldade de se estabelecer comparações em decorrência da utilização de técnicas diversificadas de coleta de dados utilizadas pelos estudiosos da área.

O problema é ainda mais agudo ao serem consideradas as diversas carreiras dentro do sistema universitário. A conjugação da influência do desempenho sobre a renda com a seletividade diferenciada do vestibular em relação a carreiras de alto e baixo prestígio está estimulando a discussão do acesso às universidades.

A Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC, preocupada há mais tempo com esses fatores que só agora começam a surgir no Brasil, introduziu no Curso de Administração, do Centro de Ciências da Administração - ESAG, em 1991, a experiência chamada "vestibular vocacionado", que consiste em selecionar alunos para a ESAG, com perfil delineado através das seguintes perguntas:

- que perfil de aluno o curso pretende selecionar?
- que conteúdo específico favorece a seleção de alunos com esse perfil?
- como deverão ser apresentadas as questões para manter coerência com a política de seleção adotada?
- as questões apresentadas deverão ser coerentes com as áreas de sua opção.

Delineado esse perfil, as provas do vestibular vocacionado passaram a selecionar alunos capazes de interpretar situações, de posicionar-se criticamente diante delas e, principalmente, capazes de criar soluções alternativas para a infinidade de problemas que afetam toda a sociedade.

desviar-se de suas finalidades próprias, visando apenas que seus alunos sejam aprovados no vestibular.

Têm sido claros esses objetivos das escolas de 2º grau que algumas, particulares, com raras exceções, nem mais procuram escamotear seu intento e, certas de sua impunidade, fazem propaganda multimídia com o número de alunos seus aprovados nos concursos vestibulares, para buscar prestígio e aumentar o número de matrícula no semestre seguinte.

Mais uma indagação se impõe:

- quantos bilhões de cruzinhas giram em torno do vestibular de forma direta e indireta?

Ninguém o sabe ao certo. Mas certo é que o 2º grau modificou-se em função do concurso, e com ele toda uma geração de alunos que buscam os bancos escolares para ascender na pirâmide social.

Agora, no limiar do governo de Fernando Henrique Cardoso, com o novo ministro da Educação, retorna-se à polêmica em nível nacional sobre a reformulação do sistema de ingresso na universidade, com propostas emanadas do próprio Ministério da Educação.

A partir daí, é comum haver candidatos com aptidão para o ensino superior sendo eliminados através das provas realizadas com um único fim: reduzir o número de candidatos a determinado curso.

Quantas injustiças nesse sentido não se cometem, do ponto de vista individual?

Até quando efetivamente o vestibular só terá a função de atestar o conhecimento daqueles que pretendem dar continuidades a seus estudos?

Será que os dirigentes das instituições que elaboram os concursos vestibulares têm consciência de que as provas difíceis da maioria dos concursos vestibulares não medem o conhecimento que o candidato consolidou ao longo do 2º grau, fugindo totalmente do conteúdo programático e descumprindo o objetivo do vestibular que é saber se o candidato está ou não apto a ingressar no ensino superior?

Presente essa conscientização há mais tempo, não continuaríamos até hoje, passadas tantas décadas, a fazer o mal que vem sendo feito ao 1º e 2º graus, com esse modelo de vestibular aplicado na maioria de nossas universidades, auxiliando os dois níveis de ensino a

No período de 1954-68, o número de inscritos nos exames vestibulares cresceu em 120%, taxa muito superior ao aumento do número de vagas ofertadas no mesmo período pelas faculdades do Brasil, que foi de 56%.

Em 1968, devido ao incremento da demanda por cursos de nível superior, que continuava a crescer, surpreenderam-se as provas orais e foi introduzido o sistema de provas objetivas, popularmente chamado de prova das "cruzinhas". Foi nessa época, que começaram a aparecer os candidatos excedentes, aqueles que obtinham a nota mínima estabelecida em cinco, mas não se classificavam para o número pré-fixado de vagas.

Diante desse quadro e em resposta à pressão da sociedade, o Governo Federal criou um Grupo de Trabalho da Reforma Universitária - GTRU, que preparou o anteprojeto precursor do concurso vestibular classificatório, criando, dentro desse contexto, o exame classificatório, que eufemisticamente "eliminava" a figura do excedente. Por esse novo critério, passavam a ser considerados aprovados não os que alcançavam a nota mínima, mas os que conseguiam classificar-se para as vagas existentes.

Em 1955 foi convocada uma assembléia universitária na Universidade de São Paulo - U.S.P., que conclui pela necessidade de modificar os testes de ingresso, partindo do princípio de que, como se apresentava, o ensino secundário levava a uma especialização precoce. Na ocasião, destacaram-se duas indagações:

1º. Até que ponto os resultados dos exames de alguns tópicos específicos de matéria escolhida por sorteio pode validar o julgamento do conhecimento global do candidato?

2º. Até que ponto, diante das causas de imprecisão ligadas à subjetividade do julgamento, pode-se esperar que as notas apresentem erros de medida que não excedam limites toleráveis?

Em 1965 foi realizado no país o primeiro exame experimental de provas iguais para mais de uma instituição, reunindo a Faculdade de Medicina e a Escola Paulista de Medicina.

As provas, todas descritivas, contemplavam as disciplinas de química, biologia, redação e nível intelectual.

Em 1911 foi criado o exame vestibular. Era um exame de "saída" do ensino secundário, ao mesmo tempo que permitia o ingresso no ensino superior. Era um exame de "madureza".

Só em 1925, diante do afluxo de maior número de candidatos, se adotou o "numerus clausus" - número de vagas pré-fixadas. E o exame vestibular passou a ser, também, um concurso para preenchimento de vagas.

Até os anos 50 o concurso vestibular era feito para cada curso especificamente. Mesmo que a faculdade tivesse mais de um curso, cada um deles tinha o seu próprio exame e, dependendo do curso, variavam as matérias exigidas, sendo que obrigatoriamente havia provas escritas e oral, com nota mínima de 5,0 em cada uma das provas para poder passar, e o tema da prova oral era sorteado na presença do candidato.

Em 1954 a Escola Paulista de Medicina começou a introduzir nas suas seleções uma prova de redação em português, que basicamente consistia em interpretações de textos, levando em conta na correção: crase, concórdância e a regência dos verbos.



## 5. CONCLUSÃO

### 5.1. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Antes de passarmos às sugestões, apresentaremos um levantamento de como se vem fazendo o vestibular na maioria das universidades brasileiras, desde a origem dos nossos cursos superiores, numa visão crítica de sua organização e funcionamento.

Ter acesso a um curso superior no Brasil nunca foi fácil. Várias foram as barreiras a transpor ao longo do tempo. Se até 30 anos atrás era de certo modo fácil entrar numa universidade, não é menos verdade que essa facilidade advinha da seleção que se fazia desde o primário. Muitos nem tinham oportunidade de freqüentá-lo.

Muitos ficavam por lá, sem continuidade por falta de escolas. Alguns seguiam o ensino secundário; outros, moradores de grandes centros, podiam até, muitas vezes, freqüentar um curso profissionalizante.

Foi somente com a vinda de D. João VI que o Brasil passou a ter um sistema de ensino superior. Os candidatos eram selecionados para verificar se possuíam as mínimas condições de prosseguir os estudos no terceiro grau.

Diante do sucesso do modelo apresentado, a UDESC passou a implantá-lo a partir de 1992 em todos os seus Centros de Ensino, tornando-se a única instituição brasileira com tal procedimento de seleção para ingresso no ensino superior. O modelo de vestibular vocacionado da UDESC é realizado em quatro fases a saber:

PRIMEIRA FASE: ( Para todos os cursos e habilitações) -  
PROVAS DISCURSIVAS; Uma redação de, no mínimo, 25 linhas e no máximo 40 linhas.

SEGUNDA FASE: ( Para todos os cursos e habilitações) -  
PROVAS OBJETIVAS; Língua portuguesa e literatura brasileira, língua estrangeira (inglês ou espanhol), matemática e física, com 10 questões objetivas cada, num total de 40 questões.

TERCEIRA FASE: (Para todos os cursos e habilitações) -  
PROVAS DISCURSIVAS; conhecimento específico, com 6 questões discursivas.

QUARTA FASE: (Para todos os cursos e habilitações) -  
PROVAS OBJETIVAS; química, biologia, história, geografia e OSPB, com 10 questões objetivas cada, num total de 50 questões.

As provas do Concurso vestibular vocacionado da UDESC abrangem todas as disciplinas do Núcleo Comum Obrigatório do Ensino de 2º grau e das disciplinas de conhecimento específico discriminadas por curso de acordo com o programa distribuído pela UDESC.

Cabe lembrar ainda que, além dessas características, comuns aos alunos de todos os cursos e que devem ser levadas em conta na elaboração e correção das questões de prova do concurso vestibular, considera-se o aspecto vocacionado expresso pelas provas de conhecimento específico, relacionada à área de opção do candidato, bem como de um tema de redação também relativo à área de conhecimento do curso escolhido, buscando selecionar alunos que demonstrem identificação, familiaridade e motivação para aprendizagem que o leve ao exercício futuro eficaz da profissão respectiva.

A partir de 1994 outra experiência vem sendo adotada pela Fundação CESGRANRIO, com o projeto SAPIENS - Sistema de Avaliação Progressiva para Ingresso no Ensino Superior, procedimento alternativo para ingresso na universidade. Consiste na avaliação do aluno seis vezes ao longo do 2º grau, com provas objetivas e discursivas, para verificar se ele está desenvolvendo as potencialidades necessárias a bem desempenhar-se no decorrer do curso do 2º grau.

Avaliados os alunos por essa forma, os diagnósticos de desempenho vão sendo fornecidos às escolas a que os alunos pertencem, a fim de que cada equipe pedagógica possa utilizá-los como melhor lhe convenha.

O processo se completa com os testes de aptidão, avaliando os conhecimentos dos diferentes tipos de postulantes: todos, ao final do sistema, após o 2º grau, se submeterão a uma bateria de testes de aptidão verbal e abstrata, que avaliarão, sobretudo, as potencialidades e aptidões dos candidatos para o ensino superior.

Os candidatos serão classificados em ordem decrescente do total de pontos obtidos, levados ao conhecimento das universidades indicadas pelos alunos; lá é examinado o curriculum juntamente com os resultados dos testes, aceitando-se ou não o aluno, com base no desempenho constatado nesse sistema de avaliação.

Uma terceira proposta, em fase de elaboração pela Universidade de Brasília com a anuência do Ministro da Educação, medirá o conhecimento dos alunos que desejam ingressar na universidade, através de provas em nível nacional, cujo resultado será apresentado ao curso de opção do candidato, que o aceitará ou não. A avaliação poderá ser encaminhada a tantas instituições quantas desejar o candidato, pois a média final de sua avaliação é que vai determinar o aceite no curso pretendido.

## 5.2. SUGESTÕES

Entendemos que nenhum dos modelos apresentados, com exceção do que a ESAG/UEDESC proporciona atualmente, busca diminuir injustiça social de não propiciar a todos oportunidades iguais para concorrer a uma vaga no ensino superior catarinense.

Por certo a experiência da ESAG, com o Vestibular Vocacionado, foi a primeira do país a adotar um sistema, que busca o perfil do aluno que ingressa na universidade através de provas vocacionadas, muito contribuiu para diminuir a desigualdade social existente.

Mas correções devem ser feitas.

Como instituição pública, o compromisso da ESAG/UEDESC para com a sociedade deve ser maior que as demais instituições, daí porque modificações deverão ocorrer no modelo do concurso vestibular que vem sendo adotado atualmente, a saber:

- 1º - Considerar a média final das notas obtida no curso de o 2º grau, atribuindo-lhe peso 4;

2º - Efetuar uma prova de conhecimentos gerais, com 40 questões objetivas, para avaliar o conhecimento obtido no 2º grau, direcionando as disciplinas para o curso de opção.

3º - Na redação, além de avaliar o correto uso da língua portuguesa, dentro dos critérios pré-estabelecidos, também deverá ser avaliado a pertinência do tema, voltado para o curso pretendido.

4º - Verificar o nível de familiarização e de identificação do candidato com o curso pretendido, mediante a elaboração de duas dissertações acerca de assuntos direcionadas ao curso.

Os itens 2º, 3º e 4º terão peso 6.

5º - Implantar na ESAG/UEDESC um sistema de ensino à distância para dar oportunidade àqueles que não puderam ingressar no Curso de Administração regular, através do Vestibular, devendo ser levada em consideração a média final das notas obtidas pelo aluno no curso de 2º grau, mais uma prova eliminatória, de conhecimentos gerais sobre as disciplinas de 2º grau, direcionada ao curso de opção, com 40 questões objetiva.

## 6. REFERERÊNCIA BIBLIOGRAFIA

1. ARROYO, Miguel G. Da Escola Carente à Escola Possível. São Paulo: Layola, 1986.
2. CABANAS, José Maria Quintina. La democratização do ensino superior. Barcelona, Espanha, Ed. Prime Luce, 1976.
3. CESGRANRIO. Dados sócio-culturais dos candidatos. Vestibulares 1980,81,82,83,84. Rio de Janeiro.
4. CHAGAS, Valmir, O Vestibular e o Ensino de 1º e 2º graus. Educação Brasileira, Brasília: CRUB, 2º sem. 80.
5. CRUB, O Estudante e o Ensino Superior- 1978.
6. CRUB, Estudo Sócio-Econômico do Estudante Universitário Brasileiro, Brasília- 1968.
7. D'AVILA, José Luiz Piôtto. A Crítica da Escola Capitalista em Debate. Petrópolis: Vozes, 1985.
8. FIORI, Neide Almeida. Integração entre o Ensino de 2º grau e o Ensino Superior - Projeto de Pesquisa, Secretaria da Educação e Acafe, Florianópolis, 1979.
9. FERNANDES, Florestan. Universidade Brasileira: reforma ou revolução? São Paulo, Editora Alfa-Romeu, 1975.
10. FORACCHI, Marialice. O estudante e a transformação da sociedade Brasileira. São Paulo: Cia.Nacional 1977.
11. FUVEST. Relatório. Vestibular, 1980-81-82-83.
12. GADOTTI, Moacir. Uma só Escola Carente à Escola Possível. Petrópolis: Ed. Vozes - 1990.
13. GIUSTINA, Osvaldo Della. Reflexões sobre a Educação. Florianópolis: Ed. UFSC - 1989.
14. GIONNOTTI, Luis. A Universidade em ritmo de barbárie. São Paulo: Ed. brasiliense - 1986
15. GOUVEIA, Aparecida Joly. Democratização do ensino superior, Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, Fundação IBGE 50 (112) p. 232 - 244, out/dez. 1968.
16. GUIMARÃES, Sônia, Como se faz a Indústria do Vestibular, ED. Vozes, Petrópolis-1984

17. LEWIN, Helena. **ANÁLISE DO PROCESSO DE INCORPORAÇÃO ENSINO SUPERIOR: O Comportamento Feminino** diante da Carreira Universitária. Rio de Janeiro, Fundação CESGRANRIO, 1977, mimeo.
18. MILIOLI, Beatriz Fabel, **Dissertação de Especialização, O Perfil do Aluno de Terceiro Grau da FESSC/UNISUL, Tubarão-1990.**
19. MILLAS, Juan Gomes, **Corporación de Promoción Univer-  
titaria, Série documentos de trabajo " El Problema  
del Ingresso a La Educação Superior desde el punto  
de vista de la Responsabilidad Social" 1976.**
20. OLIVEN, Arabela Campos, **A Paroquialização do Ensino  
Superior.** Rio de Janeiro : Ed. Vozes, Petrópolis  
1990.
21. OLIVEIRA, Lólio Lourenço de, **URBANIZAÇÃO E ACESSO AO  
ENSINO SUPERIOR,** Fundação Carlos Chagas, São Pau-  
lo, 1976.
22. OROFINO FILHO, Luiz Manganeli, **Acesso à Universida-  
de e Seminário para a Disciplina "Administração  
Universitária" UFSC, 1979.**
23. PASSERON J.C., **Los Estudiantes y la Cultura , Labor  
S/A, Barcelona - 1967.**
24. PÉREZ, Javier Enciso, s.J. (organizador) **O Ingresso  
no Ensino Superior: A Experiência de 14 Países.**  
Rio de Janeiro - Pontifícia Universidade Católica  
- 1979.
25. QUEIROS, Orlando, **Questionário Sócio-Econômico dos  
candidatos ao vestibular 88/1.** Fortaleza, Univer-  
sidade Federal do Ceara, agosto/88.
26. RABELLO, Ophelina. **Aspectos Regionais do Mercado de  
Trabalho para Universidade.** Campinas, Palmeira,  
1974.
27. RIBEIRO NETTO, Adolpho. **Acesso à Universidade, seu  
significado e explicações.** São Paulo, Fundação  
Carlos Chagas, julho/80. (Série Educação e Sele-  
ção)
28. ROSA Edu & BAYER Hernani, **Considerações sobre o pri-  
meiro e segundo Vestibular Unificado da Universi-  
dade Federal de Santa Catarina. 1980.**
29. ROSSATO, Ricardo, **Universidades Públicas para ri-  
cos, Educ. Bras, 10 (21): Brasília, 2ª sem, 1988 -  
p.263 -274**
30. SANTOS, Wladimir , **A Verdade sobre o Vestibular, São  
Paulo: ED. Ática-1988.**



31. SILVA, Magda M. V. da, **Característica dos Estudantes, Exame Vestibular e Desempenho na Universidade.** Dissertação ( Mestrado) Pontifícia Universidade Católica (RJ), 1976
32. SUCUPIRA, Newton, **Universidade e Ciência,** Imprensa Universitária , Fortaleza, 1975.
33. TEIXEIRA, Anísio. **Ensino Superior no Brasil, Análise e Interpretação de sua Evolução até 1969,** Rio de Janeiro: ED. F.G.V.-1989.
34. VASCONCELOS, José de. **O Acesso à Universidade. Educação Brasileira.** Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1º sem. 1980. Brasília.
35. VAHL, Teodoro Rogério, **O Acesso ao Ensino Superior no Brasil,** Florianópolis: UFSC/Lunardelli,1980.
36. UFSC- **Relatório do Vestibular,** Imprensa Universitária, 1989, Florianópolis.

**A N E X O**

TABELA N° 17

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE PORTUGUÊS

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
vest87	03	-7.898565	3.599764	-2.1942	0.0396
vest87	05	15.180056	8.404124	1.8063	0.0852
vest87	06	57.287095	14.376391	3.9848	0.0007
vest87	08	107.597407	24.996726	4.3045	0.0003
vest87	09	21.057552	3.655709	5.7602	0.0000

Coefficiente de Determinação = 0.9935

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA N° 18

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-3.897016	3.25957	-1.1956	0.2452
T87	05	8.885078	7.609898	1.1676	0.2561
T87	06	31.43877	13.01776	2.4151	0.0249
T87	08	44.855208	22.634428	1.9817	0.0608
T87	09	28.894069	3.310229	8.7287	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9944

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA N° 19

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE FÍSICA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
VEST87	03	-17.18004	6.586926	-2.6082	0.0164
VEST87	05	32.032193	15.37805	2.0830	0.0497
VEST87	06	36.225626	26.306234	1.3771	0.1830
VEST87	08	20.686597	45.739555	0.4523	0.6557
VEST87	09	39.29726	6.689296	5.8746	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9845

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA Nº 20

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE MATEMÁTICA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-0.466422	5.957733	-0.0783	0.9383
T87	05	20.984623	13.909115	1.5087	0.1463
T87	06	34.57505	23.793423	1.4531	0.1610
T87	08	23.085989	41.370444	0.5580	0.5827
T87	09	38.120201	6.050325	6.3005	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9885

vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)

vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)

vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)

vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)

vest87 09 = Idade

TABELA N° 21

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE HISTORIA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-6.867625	6.445009	-1.0656	0.2987
T87	05	5.406688	15.046727	0.3593	0.7229
T87	06	70.375189	25.739461	2.7341	0.0124
T87	08	83.258901	44.754088	1.8604	0.0769
T87	09	27.256966	6.545174	4.1644	0.0004

coeficiente de Determinação = 0.9848

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA N° 22

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR ESAG/87 PROVA DE GEOGRAFIA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
vest87 03	-7.050762	4.654159	-1.5149	0.1447
vest87 05	-7.88883	10.86575	-0.7260	0.4758
vest87 06	11.904919	18.587335	0.6405	0.5288
vest87 08	61.124465	32.31844	1.8913	0.0725
vest87 09	33.115813	4.726492	7.0064	0.0000

Coefficiente de Determinação = 0.9879

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade



TABELA Nº 23

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE OSPB

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	1.42142	3.045866	0.4667	0.6455
T87	05	7.452039	7.110978	1.0480	0.3066
T87	06	14.894029	12.164289	1.2244	0.2344
T87	08	67.217192	21.150468	3.1780	0.0045
T87	09	26.594417	3.093203	8.5977	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9943

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA N° 24

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE QUÍMICA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-4.261511	5.595926	-0.7615	0.4548
T87	05	-4.790363	13.064431	-0.3667	0.7175
T87	06	34.705686	22.348475	1.5529	0.1354
T87	08	-24.51152	38.858064	-0.6308	0.5350
T87	09	38.755408	5.682895	6.8197	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9866

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA N° 25

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/87

VESTIBULAR/87 PROVA DE BIOLOGIA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
vest87	03	-1.842881	7.819489	-0.2357	0.8160
vest87	05	16.161263	18.255631	0.8853	0.3860
vest87	06	34.719101	31.228725	1.1118	0.2788
vest87	08	60.865678	54.298461	1.1209	0.2750
vest87	09	31.492129	7.941015	3.9658	0.0007

Coefficiente de Determinação = 0.9759

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA N° 26

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/87

1º SEMESTRE ESAG/87 - DISCIPLINA: Teoria Geral a Administração

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	0.030285	0.048417	0.6255	0.5384
T87	05	-0.072314	0.113035	-0.6397	0.5293
T87	06	0.228335	0.193361	1.1809	0.2509
T87	08	1.440117	0.336204	4.2835	0.0003
T87	09	0.237525	0.049169	4.8308	0.0001

coeficiente de Determinação = 0,9880

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA N° 27

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre ESAG/87

1º SEMESTRE ESAG/87 - DISCIPLINA: Introdução a Processamento de dados

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-0.033908	0.072745	-0.4661	0.6459
T87	05	0.094667	0.169833	0.5574	0.5831
T87	06	0.548585	0.290522	1.8883	0.0729
T87	08	0.989881	0.50514	1.9596	0.0634
T87	09	0.243687	0.073876	3.2986	0.0034

coeficiente de Determinação = 0.9775

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA Nº 28

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/87

1º SEMESTRE ESAG/87 - DISCIPLINA: Teoria Econômica

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-0.078722	0.051718	-1.5221	0.1429
T87	05	-0.008554	0.120743	-0.0708	0.9442
T87	06	0.600626	0.206547	2.9079	0.0084
T87	08	0.811952	0.35913	2.2609	0.0345
T87	09	0.328986	0.052522	6.2638	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9911

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA Nº 29

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/87

1º SEMESTRE ESAG/87 DISCIPLINA: Sociologia aplicada a administração

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-0.119793	0.057448	-2.0852	0.0494
T87	05	-0.146941	0.134119	-1.0956	0.2857
T87	06	0.602516	0.229429	2.6262	0.0158
T87	08	0.871101	0.398915	2.1837	0.0405
T87	09	0.297078	0.05834	5.0922	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9862

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade

TABELA Nº 30

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/87

1º SEMESTRE ESAG/87 - DISCIPLINA: Matemática

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T87	03	-0.08122	0.074707	-1.0872	0.2893
T87	05	-0.053808	0.174412	-0.3085	0.7607
T87	06	0.008711	0.298356	0.0292	0.9770
T87	08	0.124811	0.518762	0.2406	0.8122
T87	09	0.389039	0.075868	5.1279	0.0000

coeficiente de Determinação = 0.9694

- vest87 03 = Ocupação do Pai/Responsavel (1-Profissional Liberal, 2-Funcionário Público, 3-Empresário, 4-Autônomo, 5-Agricultor, 6-Industriário, 7-Comerciário, 8-Bancário, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest87 05 = Formação do 2º Grau (1-curso regular, 2-curso supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu o 2º grau)
- vest87 06 = Característica da Instituição que concluiu o 2º grau (1-federal, 2-estadual, 3- municipal, 4-particular)
- vest87 08 = Sexo (1-masculino, 2-feminino)
- vest87 09 = Idade



TABELA N° 31

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE PORTUGUÊS

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	9.696982	9.05044	1.0714	0.2951
T91 06	36.446944	12.331662	2.9556	0.0071
T91 03	3.484559	4.717142	0.7387	0.4676
T91 08	82.685274	32.919523	2.5117	0.0195
T91 09	24.270393	2.853011	8.5069	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9894

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA Nº 32

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE LINGUA ESTRANGEIRA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91	05	6.837732	9.682749	0.7062	0.4872
T91	06	63.167392	13.193214	4.7879	0.0001
T91	03	-5.080633	5.046705	-1.0067	0.3245
T91	08	39.892784	35.219447	1.1327	0.2690
T91	09	26.681246	3.052336	8.7413	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9894

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciaro, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA Nº 33

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE FÍSICA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	-1.107198	12.588314	-0.0880	0.9307
T91 06	42.568559	17.152186	2.4818	0.0208
T91 03	-10.43402	6.561103	-1.5903	0.1254
T91 08	-26.566384	45.787974	-0.5802	0.5674
T91 09	40.936171	3.968271	10.3159	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9848

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário público, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciaro, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA Nº 34

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE MATEMÁTICA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	19.019574	10.557745	1.8015	0.0848
T91 06	33.121615	14.385438	2.3024	0.0307
T91 03	3.354553	5.502758	0.6096	0.5481
T91 08	47.545651	38.402105	1.2381	0.2282
T91 09	33.522	3.328165	10.0722	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9898

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário público, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA N° 35

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE HISTÓRIA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	32.271456	9.317995	3.4633	0.0021
T91 06	33.759804	12.696219	2.6590	0.0140
T91 03	2.894639	4.856593	0.5960	0.5570
T91 08	45.232528	33.892712	1.3346	0.1951
T91 09	29.205091	2.937353	9.9427	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9910

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário público, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA N° 36

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE GEOGRAFIA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	27.035181	9.855619	2.7431	0.0116
T91 06	12.14391	13.428757	0.9043	0.3752
T91 03	-7.981485	5.136806	-1.5538	0.1339
T91 08	68.790948	35.848234	1.9189	0.0675
T91 09	33.902221	3.106831	10.9122	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9895

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário público, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA Nº 37

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE O.S.P.B

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91	05	23.121995	11.41585	2.0254	0.0546
T91	06	22.277502	15.554648	1.4322	0.1655
T91	03	4.229962	5.950008	0.7109	0.4843
T91	08	53.178251	41.523325	1.2807	0.2131
T91	09	27.591383	3.59867	7.6671	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9835

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário público, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciaro, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA Nº 38

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE QUIMICA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	16.530673	10.654644	1.5515	0.1344
T91 06	32.792275	14.517468	2.2588	0.0337
T91 03	-4.736651	5.553263	-0.8529	0.4025
T91 08	64.717348	38.75456	1.6699	0.1085
T91 09	32.819525	3.358711	9.7715	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9888

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade



TABELA N° 39

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

## VESTIBULAR ESAG/91 PROVA DE BIOLOGIA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	18.843342	10.708148	1.7597	0.0918
T91 06	25.49854	14.590369	1.7476	0.0939
T91 03	1.549885	5.581149	0.2777	0.7837
T91 08	56.530153	38.949171	1.4514	0.1602
T91 09	29.696763	3.375577	8.7975	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9867

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA N° 40

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/91

1º SEMESTRE ESAG/91 DISCIPLINA: TEORIA GERAL ADMINISTRAÇÃO

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	0.002905	0.1601	0.0181	0.9857
T91 06	0.350547	0.218144	1.6070	0.1217
T91 03	0.082316	0.083445	0.9865	0.3342
T91 08	1.011899	0.582337	1.7377	0.0956
T91 09	0.263585	0.050469	5.2227	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9717

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA Nº 41

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/91

1º SEMESTRE ESAG/91 DISCIPLINA: INTRODUÇÃO A PROCESSAMENTO DE DADOS

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	0.075787	0.149601	0.5066	0.6173
T91 06	0.461694	0.203839	2.2650	0.0332
T91 03	0.019934	0.077973	0.2557	0.8005
T91 08	0.455156	0.544151	0.8365	0.4115
T91 09	0.313017	0.04716	6.6374	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9783

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciaro, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA N° 42

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/91

1º SEMESTRE ESAG/91 DISCIPLINA: TEORIA ECONOMICA

dependent variable	coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91 05	0.157604	0.149979	1.0508	0.3042
T91 06	0.12187	0.204353	0.5964	0.5568
T91 03	-0.039004	0.07817	-0.4990	0.6225
T91 08	0.65163	0.545523	1.1945	0.2445
T91 09	0.367451	0.047278	7.7721	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9780

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA N° 43

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho no 1º semestre da ESAG/91

1º SEMESTRE ESAG/91 DISCIPLINA: SOCIOLOGIA APLICADA A ADMINISTRAÇÃO

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91	05	0.238721	0.130297	1.8321	0.0799
T91	06	0.536144	0.177535	3.0199	0.0061
T91	03	-0.095477	0.067911	-1.4059	0.1731
T91	08	0.506916	0.473933	1.0696	0.2959
T91	09	0.266714	0.041074	6.4935	0.0000

coeficiente de determinação = 0.9811

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário publico, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade

TABELA Nº 44

Resultado da análise da relação entre o perfil do candidato e o seu desempenho na prova do vestibular da ESAG/91

1º SEMESTRE ESAG/91 DISCIPLINA: MATEMATICA

dependent variable		coefficient	std. error	t-value	sig.level
T91	05	0.31576	0.224806	1.4046	0.1735
T91	06	0.198833	0.306309	0.6491	0.5227
T91	03	-0.025795	0.11717	-0.2202	0.8277
T91	08	0.907387	0.817695	1.1097	0.2786
T91	09	0.289055	0.070867	4.0789	0.0005

coeficiente de determinação = 0.9468

- vest91 05 = Formação do 2º grau (1-regular, 2-supletivo, 3-exame supletivo, 4-não concluiu 2º grau)
- vest91 06 = Característica da Instituição de 2º grau (1-Federal, 2-Estadual, 3-Municipal 4-Particular)
- vest91 03 = Ocupação do Pai / Responsável (1-Profissional liberal, 2-Funcionário público, 3-Empresario, 4-autonomo, 5-Agricultor, 6-Industriario, 7-Comerciario, 8-Bancario, 9 Do lar, 10-Aposentado, 11-outros)
- vest91 08 = Sexo (1-Masculino, 2-Feminino)
- vest91 09 = Idade